

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/09/2014 a 30/09/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

O ex-semeador de veneno que planta saúde. Eliane Trindade – Folha de São Paulo, Colunistas. 02/09/2014	5
Fundo Clima financia projetos em terras indígenas. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/09/2014	7
Agricultor familiar conquista mercado de orgânicos do DF. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/09/2014.....	8
CNA debate implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 04/09/2014	9
Arpa terá mais recursos para unidades de conservação. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/09/2014	10
Agricultura familiar preserva agrobiodiversidade da Região Norte. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/09/2014.....	11
Noruega aprova preservação. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/09/2014	12
Oficina discute conhecimento tradicional associado à biodiversidade. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/09/2014	13
Governos alinham políticas de desenvolvimento territorial. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/09/2014	15
Assentados da reforma agrária investem em produção orgânica em Goiás. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/09/2014	15
Parceria entre Incra e Embrapa vai desenvolver territórios brasileiros. João Paulo Biage – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/09/2014.....	16
PPCerrado terá R\$ 606 milhões em investimentos. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/09/2014	17
Países latinos discutem desenvolvimento sustentável da Amazônia. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/09/2014.	18
Primeiro assentamento do Paraná é inscrito no Cadastro Ambiental Rural – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/09/2014	19
Dezenove mil famílias assentadas já produzem alimentos com base na agroecologia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/09/2014	20
Feira de orgânicos garante escoamento da produção de assentados em Sidrolândia (MS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/09/2014.....	21
Brasil discute políticas agroambientais de combate à pobreza. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/09/2014	22

Brasil comemora resultados do combate ao aquecimento global. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/09/2014	22
Governo Federal amplia ações de preservação ambiental na Amazônia Legal. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/09/2014.....	24
Ministro debate estratégia extrativista para o Norte do País. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/09/2014	25
Comitiva do MMA e do Incra amplia ações de preservação – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/09/2014	25
Disputa pelo acesso à água envolve até jagunços no interior do Ceará. André Uzêda – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/09/2014	26
MMA aborda compras públicas sustentáveis em seminário na BA. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/09/2014	27
Publicado resultado preliminar de seleção pública de redes de agroecologia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/09/2014.....	28
Pastagens ocupam metade das áreas desmatadas. Sergio Adeodato – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2014	29
Lógica do extrativismo deve mudar. Janice Kiss – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2014.....	30
Terras indígenas apresentam os menores índices de devastação. Helô Reinert – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2014	31
Basf já mapeou 80% de seu portfólio para criar produtos sustentáveis. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2014.....	32
Roberto Rodrigues: Tecnologia em prol da sustentabilidade – Folha de São Paulo, Poder. 22/09/2014.....	33
Projeto para pecuária sustentável chega ao Estado. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 22/09/2014	34
Curso prepara agentes com foco na produção sustentável da cadeia do café – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/09/2014.....	35
Assistência técnica em agroecologia promove avanço nas produções de agricultores familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/09/2014	35
Brasil não foi consultado sobre meta para desmatamento, diz ministra – Valor Econômico, Agronegócios. 23/09/2014	37
Na ONU, Europa promete investir até US\$ 1,2 bi para reduzir desmatamento. Marcelo Leite, Isabel Fleck e Giuliana Vallone – Folha de São Paulo, Ambiente. 23/09/2013.....	38
Edital seleciona projetos agroecológicos para bioma Amazônia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/09/2014	40
Unidades de conservação terão recursos para projetos coletivos. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/09/2014	41

'Desmatamento zero é meta de futuro', diz vice de Marina a ruralistas. Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Poder. 26/09/2014	42
Uso da terra e desenvolvimento sustentável. André M. Nassar e Rodrigo C. A. Lima – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 27/09/2014	43
Agentes se preparam para levar serviços de assistência técnica em agroecologia a 800 famílias na Paraíba – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/09/2014.....	44
Centro-Oeste puxa demanda por crédito do Programa ABC. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014	44

O ex-semeador de veneno que planta saúde. Eliane Trindade – Folha de São Paulo, Colunistas. 02/09/2014

Aos 58 anos, o agricultor Luiz Arruda anda rindo à toa. Como bom mineiro chegado a uma prosa, ele conta com gosto como transformou seu sítio em São Miguel do Iguaçu (a 595 km de Curitiba e 44 km de Foz do Iguaçu) em um oásis.

"É só olhar pro lado", aponta ele para a monótona paisagem ao redor, ainda dominada pela palha que cobre o chão após a colheita mecanizada de milho. No horizonte, pode-se ver esparsas manchas da vegetação nativa, já que árvores e plantas cederam lugar a vastas plantações que fazem a riqueza da região.

Seu Arruda vai dando a receita que explica a sobrevivência de sua propriedade familiar em meio a uma realidade movida a colheitadeiras, símbolo do agronegócio do oeste paranaense.

A mudança mais visível é a barreira natural que ele plantou ao redor da propriedade para evitar a pulverização e a proliferação de insetos no seu terreno. A cerca viva, feita de árvores frondosas e plantas, é uma das estratégias biológicas usadas para impedir a passagem e a proliferação de pragas que, ao redor, continuam a ser combatidas com pesticidas.

PROSPERIDADE

O que faz daquele pedaço de terra um lugar especial é como o agricultor plantou as bases de sua prosperidade.

Com a palavra seu Arruda para narrar como se livrou de outra praga: os agrotóxicos. "Eu era um passador de veneno e destruidor da natureza. Hoje, planto de um jeito que protege a saúde da gente, a minha e a da minha mulher, a do meio ambiente e também a de quem consome o produto que sai daqui", resume ele, sobre a agricultura sustentável e orgânica que pratica há mais de uma década.

"Antes, eu passava 19 vezes veneno na minha plantação de algodão. Até que fui fazer um curso de 100 horas aqui mesmo no município. Logo depois da primeira lição já comecei a mudar a propriedade."

Isso foi em 1997, quando foi apresentado ao MIP (Manejo Integrado de Pragas), que era ensinado na cooperativa. "Em um ano, reduzi a passagem de agrotóxicos na minha plantação de 19 para sete."

A primeira batalha foi vencer a desconfiança dos vizinhos. Um deles temia que, ao usar menos agrotóxicos, seu Arruda acabasse "empestando" a redondeza.

ALUNO APLICADO

Os resultados não deixaram dúvida: enquanto o vizinho colheu 280 arrobas de algodão naquele ano, o manejo correto de pragas e a introdução de técnicas sustentáveis resultaram na produção de 594 arrobas para o aluno aplicado. "No segundo ano, meu vizinho já tava passando mais de 20 vezes o veneno. Eu não passei nenhuma", orgulha-se seu Arruda.

A conversão total à agricultura sem uso de agrotóxicos levou o agricultor mineiro a ficar em primeiro lugar no concurso entre os pequenos produtores da região.

O aluno nota 10 lista em detalhes os prêmios: 50 toneladas de esterco de aviários, quatro diárias em hotel cinco estrelas, passeio de barco nas Cataratas do Iguaçu, R\$ 900 em compras no Paraguai e visita a Itaipu.

"Foi bom demais. Aquele esterco custa hoje mais de R\$ 5 mil. O negócio lá do hotel só não foi melhor porque eu não podia levar minha mulher. Eu e o segundo ganhador ficamos sozinhos quatro dias." Vingaram-se esvaziando o frigobar. "O jeito foi acabar com aquele botequim lá do quarto", diverte-se.

SEM INTOXICAÇÃO

Seu arruda aboliu o veneno de suas plantações em 2003, livrando-se por tabela das constantes intoxicações. "Era horrível. Sentia muito enjoo e dor de cabeça."

Um dos pioneiros na agricultura orgânica na área, ele hoje entrega produtos certificados para a Associação de Produtores de Agricultura e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguaçu, da qual é um dos 250 associados.

Vende verduras e frutas, in natura e em polpa, para a merenda das escolas públicas do município, por meio do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do programa estadual de Alimentação Escolar.

O fato de que pelo menos 30% dos ingredientes da merenda devem ser adquiridos de agricultores familiares garantiu a sustentabilidade econômica da pequena propriedade. Há dois anos, ele conseguiu montar uma pequena agroindústria. Pagou à vista pelas máquinas e refrigeradores que lhe permitem produzir os saquinhos de frutas que vão virar suco. São 3.000 kg de polpa orgânica por ano.

FOGÃO À LENHA

Uma renda produzida pelas mãos calejadas do agricultor que toca o sítio ao lado da segunda mulher. Albertina Madeira, 39, também pilota o fogão à lenha.

Em mesas e bancos de madeira rústica que germinaram no quintal da casa confortável da família, eles recebem os visitantes com ensopado de frango, palmito pupunha refogado, feijão, inhame fritos em rodela e salada fria de tomate-cereja e brócolis. Os sucos de acerola e maracujá também são de frutas orgânicas produzidas pelos anfitriões.

TERRA VALORIZADA

Os 4,8 hectares de terra foram adquiridos por R\$ 17 mil em 2001. Hoje, seu dono relata sorridente, com sua terceira denteição orgulhosamente à mostra, que um técnico da Emater avaliou que "se abrir a boca", vende a área por R\$ 880 mil.

"Dizem que meu pedaço aqui vale quatro vezes mais do que o resto por aí", vai contando seu Arruda, quando instado a falar sobre a multiplicação do preço do seu quinhão.

O pequeno produtor avisa de cara: "Meu sítio não está à venda". E relata a saga para adquiri-lo. "Quando comprei em 2001, o terreno tava todo limpo, abandonado, cheio de erosão."

Viu a placa de "Vende-se", mas não dispunha dos R\$ 25 mil pedidos inicialmente. "Sai do meu primeiro casamento com uma moto, uma motosserra e R\$ 15 mil, que meu ex-cunhado ia me pagar pelo meu pedaço lá nas terras deles. Não tinha nem cama pra dormir. Trabalhava por empreitada, ganhando R\$ 15 por dia na cidade."

Na primeira tentativa, foi embora sem fazer contraproposta. A negociação amarrada se arrastou por semanas até o negócio ser fechado por R\$ 17 mil.

Ele conta sua trajetória após ter servido almoço para 40 crianças levadas por uma escola que comeram no seu quintal e, de sobremesa, limpavam os pés de amora. "Estou sendo valorizado, tendo reconhecimento", alegra-se o agricultor. "No mercado, eu só compro arroz e açúcar."

JARDIM RURAL

"A propriedade do Arruda é um verdadeiro jardim rural, com mais de 50 diferentes culturas e plantas, demonstrando que mesmo uma pequena área pode ser sustentável", avalia Nelton Friedrich, diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional, que coordena o programa Cultivando Água Boa.

Seu arruda conta que ganhou 500 mudas de seringueira do programa que promove uma série de ações na na bacia do Rio Paraná. As árvores vão servir de sombra para garantir que seu cafezal floresça protegido de pragas e geadas.

Seu Arruda só não fala sobre sua renda atual. Mas não esconde que fez um ótimo negócio e ri de quem passa pela estrada e se surpreende com todo aquele verde. "O povo fica matutando. Esse aí 'veve' do quê? Acham que aqui só tem mato. Para eles plantação tem que ser limpa".

Ao se despedir na entrada do sítio, faz um balanço da lida. "O maior orgulho é a gente tirar proveito do que tem aqui. E vê o que se plantou e a natureza voltando forte. É mais ou menos isso aí", conclui seu Arruda. Um pé da planta que lhe empresta o sobrenome foi devidamente fincado no terreno pra evitar mau-olhado e "olho gordo".

Fundo Clima financia projetos em terras indígenas. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/09/2014

Serão beneficiados povos o Cerrado e da Caatinga

Terras Indígenas localizadas no Cerrado e Caatinga receberão investimentos de R\$ 2,8 milhões para o apoio à elaboração de planos de gestão territorial e ambiental que devem contribuir para o combate ao desmatamento, à desertificação e para o incentivo ao uso sustentável da biodiversidade. As propostas deverão ser apresentadas até 17 de novembro. Os recursos destinados aos projetos aprovados apoiarão a implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

“Há previsões de redução de 35% a 45% de chuvas no Cerrado até 2100, com graves perdas de fauna, flora e comprometimento dos modos de vida indígenas”, relata o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do MMA, Paulo Guilherme Cabral. “E a Caatinga é o bioma mais vulnerável às mudanças climáticas que decorrem do desmatamento”

Ele explica que os recursos serão destinados a projetos que favoreçam as iniciativas indígenas para o monitoramento ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental e o manejo de cadeias produtivas ambientalmente sustentáveis que mobilizem as comunidades para a proteção de seus territórios.

PARCERIA COM A FUNAI

O edital de seleção foi publicado no último dia 28 de agosto, no Diário Oficial da União, e os recursos serão provenientes do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que é presidido pelo MMA. O projeto denominado “Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas” é uma cooperação técnica entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Serão assegurados até R\$ 150 mil para cada uma das propostas que poderão ser apresentadas por organizações da sociedade civil de interesse público, organizações indígenas, organizações indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas, e fundações de direito privado, que trabalhem direta ou indiretamente com povos indígenas.

O Fundo Clima financia iniciativas que contribuam com a redução dos impactos da mudança do clima e com a adaptação a seus efeitos. Os recursos não reembolsáveis, como é o caso desses que favorecem as terras indígenas, são operados pelo MMA.

Agricultor familiar conquista mercado de orgânicos do DF. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/09/2014

“A primeira vez que viajei de avião, pensei: e se eu conseguisse plantar alface e vender para essa companhia aérea? Minha produção vai atravessar o mundo todo”. Foi assim que, há 16 anos, Idalécio Barbeta, 43, iniciou sua trajetória na agricultura familiar. O barriga-verde abandonou a cidade natal, Laurentino (SC), para apostar em um mercado que, na época, não era muito explorado na capital do País: o de produção de orgânicos. Com apoio de programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Idalécio transformou a ideia em uma oportunidade de aumentar a renda com o trabalho que ama.

“Sou nascido e criado no campo. Minha família é toda da agricultura. Lembro que meu pai vendia unidades de repolho a poucos centavos. Quando cheguei, em Brasília, vi que os preços eram melhores e vislumbrei uma chance”, contou. Além de fornecer pés de alface para uma companhia aérea brasileira, Idalécio começou a pensar em outras formas de trabalhar com a agricultura familiar. Comprou terra, prospectou novos clientes e virou fornecedor de um restaurante de alimentos naturais e orgânicos.

O estabelecimento precisava de variedade de frutas, legumes e verduras. Idalécio procurou, então, auxílio de políticas públicas voltadas para o meio rural. Foi com o

incentivo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que Idalécio conseguiu aumentar sua produção para atender a demanda do restaurante.

A ideia era, apenas, fornecer matéria prima para as receitas do cardápio. Com o tempo – e a aprovação dos clientes –, Idalécio passou a vender o excedente na área externa do estabelecimento. Hoje, ele planta mais de 20 itens e conta com cerca de 300 consumidores fiéis que visitam a feira às quartas-feiras e sábados.

A demanda é tão grande que Idalécio comprou um trator pelo Mais Alimentos – programa do MDA que financia máquinas, tratores e implementos agrícolas a juros de 0,5% a 2% ao ano, com até 10 anos para pagar e até três de carência.

A ação do MDA já contribuiu com mais de 600 mil máquinas e tratores para agricultores que, como Idalécio, acreditam no potencial do campo. “Gosto de ser multiplicador dessa ideia. Afinal, foi por meio dos produtos orgânicos que constituiu minha família e realizei os sonhos que trouxe na mala”, lembrou.

CNA debate implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 04/09/2014

Os problemas enfrentados pelos produtores rurais na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), exigência do novo Código Florestal em vigor desde 2013, foram debatidos em reunião da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O Vice-presidente da CNA, Assuero Doca Veronez, explicou que muitas das dúvidas e questionamentos dos agricultores foram esclarecidos pelo Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Deusdará Filho, que participou dos debates.

Mesmo sem ter responsabilidade formal pela implementação do CAR, o que está a cargo do Ministério do Meio Ambiente, a CNA faz questão de colaborar. Como o assunto diz respeito diretamente ao produtor rural, a CNA, as Federações estaduais de Agricultura e Pecuária e os sindicatos rurais estão fazendo um esforço concentrado no sentido de transmitir informações e esclarecer dúvidas sobre o CAR, uma vez que o cadastro é feito pela internet.

“O produtor que não tiver amplo acesso à internet ou dificuldades no uso do computador poderá recorrer às Federações, aos sindicatos e ao SENAR, que vai treinar instrutores para ajudá-los”, explicou o vice-presidente da CNA. Os agricultores, segundo o texto do Código Florestal, teriam prazo de um ano para encaminhar as informações à Receita Federal, mas o atraso na definição das normas deverá fazer com que o este prazo seja prorrogado por mais 12 meses, finalizou o Vice-presidente da CNA.

Assuero informou que um dos principais problemas enfrentados pelos proprietários rurais, em relação ao CAR, foi a decisão de alguns estados “de executar logo o programa em suas áreas de atuação, antes de as normas serem definidas pelo Ministério do Meio Ambiente, responsável legal pela execução do mesmo”. O Governo Federal, segundo ele, demorou muito para fixar as regras para o CAR. O novo Código Florestal

foi aprovado no final de 2012, mas as normas do CAR somente foram divulgadas em maio deste ano.

Registro obrigatório - O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todos os proprietários rurais contendo informações ambientais das áreas rurais a serem utilizadas pelo Governo no planejamento ambiental e nas políticas de preservação do meio ambiente. Na verdade, explicou ainda o Vice-presidente da CNA, como o Governo Federal contratou a Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, para definir os critérios para o agricultor fazer o CAR, muitos dessas normas acabaram sendo conflitantes com aquelas adotadas pelos governos estaduais, casos do Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina, onde a implementação do CAR está bem adiantada.

Sendo assim, a migração dos dados de um Estado da Federação para o sistema nacional adotado pelo Ministério do Meio Ambiente enfrentou dificuldades e confundiu o produtor rural. Assuero lembrou que vários estados ainda não obtiveram os recursos financeiros necessários para a execução do CAR, estando com os trabalhos totalmente paralisados. O BNDES criou uma linha de crédito especial, no valor de R\$ 430 milhões para apressar o CAR, mas “a exigência de se elaborar projetos, a demora na avaliação pelo banco e o processo burocrático inerente a essas questões estão dificultando o andamento de todo o processo”, destacou.

Arpa terá mais recursos para unidades de conservação. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/09/2014

Trinta milhões de hectares de florestas estarão protegidos até 2015

Reservas biológicas, estações ecológicas, parques (nacionais e estaduais), reservas extrativistas e reservas federais de desenvolvimento sustentável do Amazonas e do Tocantins são categorias de Unidades de Conservação (UCs) que receberão recursos do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) no valor de R\$ 8 milhões até o final deste ano. Os aportes destinam-se a atividades de manejo e gestão de unidades federais e estaduais, atendendo-se à realidade de cada área, num total quase 7 milhões de hectares de florestas.

Caberá, também, ao Arpa, criar e ampliar o sistema de UCs em parte expressiva dos mais de 4 milhões de hectares repassados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), há oito dias, por meio do Programa Terra Legal Amazônia, diretamente apoiado pelo Arpa. A previsão é de que, até o final da sua segunda fase, em dezembro de 2015, o Programa Arpa consolide a proteção a 30 milhões de hectares de florestas (metade da meta de 60 milhões de hectares prevista para 2020), colaborando para reduzir a degradação na Amazônia, estima o diretor do Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do MMA, Sérgio Collaço.

LONGO PRAZO

Mesmo sem concluir a segunda etapa, o Arpa entra, ainda este ano, na terceira fase de execução e já garantiu recursos para as atividades dos próximos 25 anos. A “Iniciativa

Arpa para a Vida”, como foi denominada, desenvolveu um fundo de transição, já constituído por R\$ 477 milhões (US\$ 215 milhões), garantindo sua independência financeira até 2039 e dando a certeza de que as atividades não serão interrompidas.

Os dados positivos do Arpa serão apresentados e debatidos pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em conversa com representantes dos governos da Colômbia e do Peru, em 16 de outubro. O encontro acontecerá paralelamente à XII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), marcada para ocorrer em Pyeongchang, República da Coreia. De acordo com Sérgio Collaço, essa aproximação com os dois países vizinhos é importante. “Precisamos reforçar o trabalho comum em relação às unidades de conservação, melhorar o manejo das áreas limítrofes e compartilhar informações, considerando-se a vulnerabilidade provocada pelas mudanças climáticas na região Amazônica e demais pressões antrópicas (que resultam da atuação humana) comuns aos países do bioma”, disse, lembrando que o país comemora o Dia da Amazônia nesta sexta-feira (05/09).

PARCERIAS

O encontro na Coreia será ocasião, segundo Collaço, para receber uma avaliação da iniciativa “Arpa para a Vida”, apresentado em 2012 na cidade de Hyderabad, Índia, durante a COP-11. Os resultados levaram ao lançamento da terceira fase do programa. Como o Brasil tem uma longa fronteira com Peru e Colômbia, a retomada da parceria com esses dois países, explica o diretor do DAP, deve-se ao fato de eles terem, igualmente, relevância ecológica, ecossistemas muito parecidos com os brasileiros e grande interdependência em termos de fluxo de água.

O Arpa, criado em 2002, é considerado o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta, vinculado à temática das unidades de conservação no Brasil. Objetiva expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas, a curto e longo prazos, além de promover o desenvolvimento sustentável da região.

Agricultura familiar preserva agrobiodiversidade da Região Norte. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/09/2014

Com sabores marcantes, cores e formatos específicos, os produtos da Região Norte agradam consumidores em todo País. Sejam eles cultivados ou extraídos da floresta, boa parte dos alimentos como cupuaçu, guaraná, açaí, palmito, castanhas vêm da agricultura familiar que está em mais de 413 mil unidades produtivas da região.

O secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Valter Bianchini, salienta que além de contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento do campo, a agricultura familiar assume o papel de preservadora do meio ambiente.

“Por trabalhar com uma cultura de geração da terra, essa forma de agricultura é responsável pela manutenção da agrobiodiversidade, seja na preservação de matas, seja

na preservação de sementes crioulas, de mudas e raças. Há uma relação cultural, de parentesco e de conhecimento muito importante”, conclui.

É o caso da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (ASPACS), no município de Lábrea, a 850 quilômetros de Manaus (AM), que contribui na preservação florestal. “O extrativismo é um trabalho ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável. Ele luta, hoje, para preservar a floresta que é a fonte de renda de diversas famílias”, explica o agricultor familiar e presidente da entidade Astrogildo Oliveira, 56 anos.

Desde 2002, a associação apoia diretamente 400 famílias. “Começamos o nosso trabalho para dar melhores condições aos extrativistas da castanha do Brasil. Nosso projeto começa na floresta, preparando o extrativista para a coleta; depois recolhemos esse produto para o processo de beneficiamento, que é a lavagem, a classificação, a desidratação e a embalagem do produto”, afirma.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, o município de Lábrea extraiu 980 toneladas de castanha do Brasil. Desse total, a ASPACS cooperou com 60 toneladas.

ONU

Para destacar o importante papel da agricultura familiar, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. O objetivo é aumentar a visibilidade ao setor que contribui para a erradicação da fome e da pobreza, promove a segurança alimentar e nutricional, melhora os meios de subsistência e colabora na gestão dos recursos naturais.

Noruega aprova preservação. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/09/2014

País doou R\$ 1,5 bilhão para Fundo Amazônia, que tem 55 projetos

Constituída por sete municípios no extremo norte de Mato Grosso, a região conhecida como Portal da Amazônia, em oito anos, teve uma redução de 35 vezes da área desmatada, passando de 697,1 km², em 2004, para 19,8 km², em 2012. Os números expressam ações desenvolvidas para a preservação ambiental, em projetos que mantêm, num bom volume, a parceria com o governo norueguês, que desde 2009 apoiou o Fundo da Amazônia com cerca de R\$ 1,5 bilhão.

“A Noruega é o maior doador do Fundo da Amazônia. Seus recursos impactam diretamente na redução do desmatamento”, afirma a gerente de Projeto do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Juliana Simões. O Fundo da Amazônia é uma iniciativa inovadora, que recebe doações condicionadas aos resultados das políticas públicas, que contribuem para a redução do desmatamento.

O Relatório da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad, na sigla em inglês), deste ano, destaca o Brasil como o país que obteve melhores resultados

entre as nações tropicais, onde a Noruega aplicou US\$ 1,7 bilhão, para a redução do desmatamento de florestas e de emissões de gases de efeito estufa, entre 2008 e 2013.

PROJETOS APOIADOS

Criado em 2008, o Fundo Amazônia tem 55 projetos aprovados, no valor de R\$ 869 milhões. E outros 34 em tramitação, com R\$ 658 milhões. Além desses, três projetos já apresentam resultados consolidados.

A instituição recebeu cerca de R\$ 1,7 bilhão entre 2009 e 2014 em doações que incluem também repasses da República Federal da Alemanha (KfW) e da Petrobras. O dinheiro das doações é utilizado para a manutenção e ampliação dos resultados das políticas públicas.

Além dos municípios do Portal da Amazônia, outros dois municípios do Mato Grosso – Porto dos Gaúchos e Alta Floresta – também foram incluídos na lista de municípios prioritários do governo federal para as políticas públicas de controle do desmatamento, e atingiram as metas.

Em ambos, a queda nos índices também foi significativa. As derrubadas de florestas caíram de 132,6 km² para 1,6 km² em Alta Floresta, entre 2002 e 2012. No mesmo período, o registro foi de 300 km² para 7,4 km² em Porto dos Gaúchos.

Oficina discute conhecimento tradicional associado à biodiversidade. JalilaArabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/09/2014

Esta semana ficará marcada para povos e comunidades tradicionais de todo o País. De 9 a 12 de setembro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai realizar a Oficina sobre Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais, em Brasília. Participam 20 representantes de povos e comunidades tradicionais, como agricultores familiares, indígenas e quilombolas. Eles receberão informações sobre os direitos relacionados ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade.

Essa discussão é importante porque muitos produtos disponíveis no mercado como fármacos e cosméticos, entre outros, possuem na fórmula componentes oriundos da biodiversidade. Além disso, muitos produtos só foram elaborados devido ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade das comunidades tradicionais. As empresas que elaboram esses produtos acabam patenteando as fórmulas sem repartir o crédito aos detentores do recurso e do conhecimento, como agricultores familiares, extrativistas, indígenas e quilombolas.

“Processos de capacitação são de extrema importância, pois, além de transmitir conhecimento, permitem a troca de percepções entre os participantes, aumentando o acúmulo existente dentro das organizações. A utilização de metodologias adequadas para esse público também é necessária, uma vez que apresentam especificidades no processo de formação”, explica o chefe da Assessoria Internacional do MDA, Caio França.

Ao final da Oficina, a meta é que os participantes formem uma grande rede permanente de multiplicadores nessa temática. “A intenção é iniciar um processo de capacitação de lideranças de povos e comunidades tradicionais para o tema e tentar construir uma rede para discutir o assunto junto a esse segmento. Entender que o conhecimento deles tem um valor e que pessoas obtêm lucro com isso é necessário, pois isso permitirá que os povos e comunidades tradicionais decidam ou não compartilhar esse conhecimento com essas pessoas, e cobrar por isso caso decidam, gerando renda”, acrescenta Caio.

Metodologia

Para participar, o representante da comunidade deve ter interesse pelo tema conhecimento tradicional da biodiversidade, disposição para integrar uma rede permanente de multiplicadores do tema, ter boa compreensão da língua portuguesa e ter acesso à internet.

O evento será em formato de mesa redonda, para que todos possam participar e debater o tema. O mote será um texto sobre mandioca, que, segundo a Assessoria Internacional, será lido de forma lúdica e vai contemplar os temas pertinentes ao assunto.

“Os conhecimentos tradicionais na manutenção e preservação da natureza, historicamente, têm sido utilizados por esses povos e comunidades há tempos. Essa oportunidade possibilitará aos participantes um maior conhecimento sobre a temática, qualificando-os para participar de fóruns nacionais e internacionais, fazendo com que possam debater as questões a eles relacionadas”, destaca o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT/ MDA), Edmilton Cerqueira.

“Vale ressaltar que essa discussão também está relacionada ao processo de fortalecimento da discussão sobre inclusão produtiva, geração de renda e segurança e soberania alimentar e nutricional”, completa Edmilton.

Parceiros

A oficina é uma parceria entre o MDA e os ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Cultura (MinC), da Justiça (MJ), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Fundação Cultural Palmares.

Serviço

Oficina sobre a Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais associados à biodiversidade de tratados internacionais

Data: 09 a 12 de setembro

Hora: abertura no dia 09, às 14h. Nos demais dias, a partir das 8h30.

Local: Instituto Israel Pinheiro - SHDB QL 32, Conj. 1, Bloco A, Lago Sul – Brasília (DF)

Governos alinham políticas de desenvolvimento territorial. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/09/2014

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveu, na semana passada, um encontro entre órgãos estaduais do Amazonas, do Ceará, do Mato Grosso e de Pernambuco. O objetivo foi acompanhar a execução de estratégias prioritárias para o desenvolvimento territorial como o Programa Territórios da Cidadania e ações de planejamento do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. A secretária de Desenvolvimento Territorial, Andrea Butto, participou da abertura do evento.

Segundo a diretora de Ações de Desenvolvimento Territorial do MDA, Márcia Quadrado, participam desse diálogo os estados já parceiros do ministério. “São governos que têm um acordo de cooperação técnica com o MDA e, recentemente, firmaram uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para a implementação de ações conjuntas no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial”, explica.

Dentre as prioridades destas parcerias estão a atuação dos Comitês de Articulação Estadual do Programa Territórios da Cidadania, com ênfase para a efetivação das ações do Minha Casa Minha Vida Rural, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Campo) e o Luz Para Todos.

“Nosso diálogo com os governos estaduais visa orientar e coordenar conjuntamente as 68 ações que serão realizadas nos Territórios da Cidadania”, ressalta. Ao todo, serão investidos R\$ 8,4 bilhões.

Territórios da Cidadania

O programa Territórios da Cidadania foi criado em 2008 para acelerar o desenvolvimento do meio rural a partir de ações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, por meio de ações de apoio as atividades produtivas, acesso a direitos e infraestrutura em territórios rurais que, na época da seleção, tinham os menores índices de desenvolvimento social. Atualmente, são 120 territórios localizados em todo o País.

De acordo com a diretora, a estratégia do programa é apoiada em três princípios básicos. “A integração de políticas públicas para que elas não cheguem ao território de maneira isolada; a articulação entre o Governo Federal, governo estadual e municípios e, também, a garantia da participação social nas discussões de desenvolvimento territorial”, afirma.

Assentados da reforma agrária investem em produção orgânica em Goiás. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/09/2014

Na zona rural do município de Padre Bernardo (GO), agricultores familiares do Assentamento Colônia 1 se dedicam ao cultivo orgânico de hortaliças, verduras e frutas. A produção é fonte de renda e de consumo para famílias que vivem no local. O assentamento fica a 15 quilômetros de Brazlândia, região do entorno da capital do País.

Há 20 anos, os agricultores familiares Osmar Gomes de Jesus, 47 anos, e José Vitorino Barros, 63, investem na produção livre de agrotóxicos - não utilizam produtos químicos, nem organismos geneticamente modificados. Os alimentos são comercializados para supermercados e em feiras da região.

Osmar lembra que quando conquistou uma parcela no assentamento começou com uma pequena plantação, mas com acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), conseguiu investir em irrigação e aumentar a produção. “Hoje eu posso plantar o que quero, e tiro minha renda disso”, enfatiza.

Mais saudável

Cada um tem uma propriedade de 18 hectares e utilizam cinco deles para o cultivo de berinjela, brócolis, vagem, beterraba, tomate, morango entre outros. Osmar explica os motivos que o levaram a optar pela produção orgânica. “A gente pode trabalhar o solo da forma mais apropriada. Levando em conta o clima, a irrigação. Além de ser menos prejudicial à saúde para quem planta e mais saudável para quem consome”.

Os assentados da reforma agrária sabem que o alimento orgânico está ganhando, cada vez mais, mercado em todo o Brasil. Das 24 propriedades, quatro já investem no sistema de produção e outros já pensam em migrar do sistema convencional para o orgânico. “A gente está sempre conversando um com outro sobre como está nossa produção, trocando experiência. Por isso, muito agricultor já pensa em mudar a forma de produção”, afirma José Vitorino.

Parceria entre Inbra e Embrapa vai desenvolver territórios brasileiros. João Paulo Biage – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/09/2014

Uma parceria entre a Embrapa e o Inbra, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vai fortalecer o desenvolvimento territorial no Brasil. O ministro interino do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, se reuniu com o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, e do Inbra, Carlos Guedes, nesta terça-feira (09), para tratar dos primeiros resultados de estudo sobre gestão do território da região Matopiba, que reúne áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Em conjunto, Embrapa e Inbra estudam a área que corta os quatro estados, e que abrange mais de 70 milhões de hectares. O objetivo é ampliar o conhecimento sobre a região, utilizando as tecnologias de cada um dos órgãos. “Temos um desafio muito grande que é desenvolver ainda mais a agricultura familiar e a boa governança da terra, para isso a parceria do Inbra com Embrapa é fundamental”, assegura Müller.

Os primeiros resultados do estudo foram entregues nesta terça-feira, em Brasília, para o ministro, e, segundo Carlos Guedes, o estudo vai facilitar a implementação de políticas públicas na região. “Estamos trazendo para o ministro o primeiro produto da parceria Inbra-Embrapa na área de gestão estratégica territorial. Esta parceria está permitindo que o Inbra tenha um conhecimento maior do uso das terras, que já existem no cadastro

do instituto. Então, temos que criar condições de avançar na implementação de políticas públicas e com a reforma agrária, com este estudo”, afirma o presidente do Incra.

O presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, disse que a parceria com o Incra é fundamental desenvolver os territórios brasileiros. “Queremos fortalecer os territórios do País usando informações e novas imagens de satélites. Vamos utilizar de tecnologias para vencer os desafios do futuro com um trabalho de inteligência territorial”, diz.

Laudemir lembrou que o processo de desenvolvimento rural se dará com mais facilidade a medida em que aumentarem o uso das tecnologias oferecidas pelos órgãos. “O fundamental é termos novos dados, transformarmos isso em informações para um plano de ação que desenvolva a região inserindo a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária numa das regiões mais dinâmicas do nosso país que é o Matopiba”, avalia o ministro.

Matopiba

Matopiba é o acrônimo criado das iniciais dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e reúne 31 microrregiões do IBGE, onde estão 337 municípios em uma área total de 73 milhões de hectares. Há na região 250 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos, além de áreas de conservação ainda em regularização, conforme estudos do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (Gite) da Embrapa.

PPCerrado terá R\$ 606 milhões em investimentos. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/09/2014

Nesta quinta-feira (11/9) celebra-se o Dia do Cerrado. Considerado a savana mais rica do mundo, está presente em 11 estados e é intensamente agredido por atividades humanas, com perdas que chegam a 50% da vegetação. Para reverter esse cenário, o Ministério do Meio Ambiente vai aplicar R\$ 606 milhões no bioma.

O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas (PPCerrado), executado por 17 ministérios, com a coordenação do MMA, entra em sua segunda fase, com a aplicação de recursos representam 45% do total investido na primeira etapa, que começou há cinco anos.

REDUÇÃO

“A meta é alcançar a redução de 40% do desmatamento até 2020”, relata a gerente de Projeto do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Juliana Simões. O percentual se refere à média de 15,7 mil km² registrada entre 1999 e 2008, o que significa alcançar o máximo de 9,42 km² de desmatamento anual.

A meta já foi alcançada entre 2009 e 2010, que registrou um total de 6.469 km² desmatados, com expressiva redução se comparados a 1988, que chegou a 14.793 km². Porém, Juliana Simões ressalta que os dados precisam ser atualizados, para assegurar que a redução vem sendo mantida.

A atualização dos índices de desmatamento será uma das ações do PPCerrado, quando o monitoramento do bioma, por meio de satélite, passará a ser diário, com consolidação

de informações anuais, em parceria entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que começará no ano que vem.

O QUE É

O PPCerrado se divide em ações de curto prazo (até 2015) e até 2020. Em 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o Brasil reforçou o compromisso de redução do desmatamento, mas também a predisposição de conciliar a preservação ambiental com o papel de grande produtor de alimentos, tanto em termos de commodities como de redução da pobreza.

Entre as iniciativas previstas pelo PPCerrado para preservação estão, por exemplo, ampliação de recursos para manejos florestais, recuperação de áreas degradadas, capacitação de agricultores em modelos sustentáveis de produção, estímulo ao cadastramento ambiental de imóveis rurais, mecanismos de pagamentos por serviços ambientais, aprimoramento de órgãos estaduais de meio ambiente, capacitação de comunidades para enfrentamento de incêndios, investimentos em pesquisas, crescimento de compras governamentais de produtos da sociobiodiversidade, ampliação de áreas protegidas e consolidação da presença de comunidades indígenas em seus territórios.

Países latinos discutem desenvolvimento sustentável da Amazônia. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/09/2014

Fortalecer o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Essa é a principal meta de um evento que ocorre nesta quinta (11) e sexta-feira (12), em Manaus. Além do Brasil, participam delegações da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A atividade se chama Oficina Internacional de Experiências de Regularização Fundiária e é promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O objetivo é fazer um intercâmbio entre esses cinco países, que têm áreas na Amazônia, para que cada um deles conte as experiências positivas para preservar e desenvolver a floresta. “O Brasil tem um compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, mas essa é uma agenda que supera as fronteiras e deve envolver nossos vizinhos”, explica Secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do MDA, Sérgio Lopes.

Cada participante fará uma apresentação de como é a estrutura fundiária, a legislação e a gestão de terras do país. Além disso, serão abordados os principais desafios para a governança e a regularização fundiária em relação às questões ambientais e de ordenamento do território.

Serviço

Oficina Internacional de Experiências de Regularização Fundiária na região da Amazônia

Data: 11 e 12 de setembro

Horário: 9h às 12:30 e 14h às 18h

Local: Da Vinci Hotel - Rua Belo Horizonte, 240, Bairro Adrianópolis - Manaus (AM)

Primeiro assentamento do Paraná é inscrito no Cadastro Ambiental Rural – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/09/2014

O Paraná tem o primeiro assentamento inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Trata-se do assentamento Pó-de-Serra, localizado no município de Londrina, situado no Norte do Estado. Com 14 famílias assentadas em uma área de 154 hectares, o assentamento teve sua inscrição formalizada no último dia quatro de setembro.

Com a inscrição no CAR, os beneficiários da reforma agrária podem: regularizar as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e/ou Reserva Legal (RL), facilitar o financiamento junto a instituições financeiras e o acesso a créditos, dentre outras vantagens.

O cadastro é obrigatório para todos os imóveis rurais e a inscrição dos assentamentos faz parte do projeto estratégico do Incra para o biênio 2014/15. Também será exigido para obtenção de licenciamentos ambientais e qualquer modificação no cartório de registro de imóveis.

Após a inscrição do assentamento pelo Incra/PR, o registro da área segue para análise e homologação pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), responsável pelo cumprimento da legislação ambiental no Estado. O Incra tem o prazo até maio de 2015 para efetuar a inscrição de todos os assentamentos do Paraná na plataforma eletrônica.

Segundo os responsáveis pelo Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra/PR, Cleomar Mariani e Lineu D'Agostin, o cadastro tem importância fundamental tanto para os proprietários de imóveis quanto para a sociedade em geral. “O CAR contém todas as informações de cunho ambiental dos imóveis e serve como monitoramento da situação pela sociedade”, afirma Lineu.

CAR

O Cadastro Ambiental Rural é um instrumento de regularização ambiental estabelecido pelo Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12) e cumpre o Decreto 7.830/12, que dispõe sobre o CAR. A inscrição é necessária para que o produtor participe do Programa de Regularização Ambiental (PRA), conjunto de ações a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de regularizar as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

No CAR, que funciona como uma carteira de identidade ambiental das propriedades rurais, constam informações sobre o perímetro do imóvel, áreas de uso restrito, áreas consolidadas, além das APPs e RLs, se existir. O documento deve ser atualizado sempre que houver qualquer alteração em relação à propriedade ou posse do imóvel, assim como qualquer mudança de reserva legal.

Dezenove mil famílias assentadas já produzem alimentos com base na agroecologia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/09/2014

Em todo o País, cerca de 19 mil famílias assentadas da reforma agrária, ocupantes de aproximadamente 700 mil hectares, promovem algum modelo de atividade agroecológica. Essa constatação faz parte de um levantamento realizado pelo Incra, no qual o Instituto verificou que a produção da reforma agrária está caminhando em sintonia com o Plano Brasil Agroecológico, lançado em outubro do ano passado, em Brasília, durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Um exemplo de boa prática agroecológica está no assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari, na Região Mata Norte da Paraíba. O local foi visitado na última quinta-feira (11) pelo presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, e pelo superintendente regional do Instituto, Cleofas Caju. “Essa visita de campo nos mostra a construção do futuro da reforma agrária. Atualmente, milhares de famílias brasileiras alcançaram uma melhor condição de vida e preferem consumir alimentos saudáveis e de qualidade, e a reforma agrária está produzindo com esse conceito visando atender a esse público”, ressaltou Guedes.

Apoiado pela assistência técnica contratada pelo Incra, os assentados do Zumbi dos Palmares produzem hortaliças em sistema de mandala, frutas, viveiros de mudas, criam pequenos animais, mas o carro-chefe da produção é mesmo a mandioca, produzida em larga escala. O assentamento conta também com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba para auxiliar na atividade produtiva.

Cooperativismo

Organizados em torno da Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares (Coopaz), os assentados tiveram seu projeto selecionado no programa Terra Forte, cujos pilares são o fomento à agroindustrialização e à comercialização da produção em assentamentos da reforma agrária. Até outubro próximo, assinarão contrato para implantação de unidade de beneficiamento da mandioca no assentamento e, além da farinha, almejam vender o produto embalado a vácuo, agregando valor à produção e se livrando do atravessador, que fica com a melhor margem de lucro.

Outras experiências de caráter agroecológico estão em curso na reforma agrária, como os trabalhos do Residência Agrária - programa desenvolvido pelo Incra em parceria com universidades públicas no qual 1.439 filhos de assentados fazem extensão universitária com foco na agroecologia em 12 estados - e as feiras da reforma agrária, que estão beneficiando 1.339 famílias em sete estados com a comercialização direta de produtos agroecológicos. Atualmente, 19.596 famílias assentadas já estão sendo beneficiadas com assistência técnica especializada em agroecologia. “São essas iniciativas que impulsionam e fortalecem a transição para o sistema agroecológico de produção nas terras da reforma agrária”, frisou o presidente do Incra.

Terra Forte

A Coopaz receberá investimentos do Terra Forte no valor R\$ 858 mil e seu projeto foi selecionado por demonstrar a sustentabilidade do negócio em todos os indicadores, conforme exigência do edital. São eles: terra produtiva, gente com vontade de produzir, organização, assistência técnica contratada, matéria-prima em abundância e mercado consumidor próximo. A prefeitura de Mari compra boa parte da produção dos assentados, mas a expectativa é ampliar a oferta de produtos em toda a região, seja para o setor público ou privado.

Guedes enfatizou que o desafio do Incra é aprimorar as políticas públicas para essas áreas e as atividades nelas desenvolvidas. " O objetivo é garantir uma assistência técnica melhor orientada e disponibilizar tecnologias específicas amparadas por uma rede de compras. O assentamento Zumbi dos Palmares demonstra que isso é possível e que a reforma agrária pode, sim, migrar com excelência para um modelo de produção baseado na agroecologia", assegurou.

Feira de orgânicos garante escoamento da produção de assentados em Sidrolândia (MS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/09/2014

Os assentados do município de Sidrolândia ganharam da prefeitura um espaço exclusivo para a comercialização de sua produção. A feira de produtos orgânicos, ou Centro Comercial de Sidrolândia, abriga 42 barracas nas quais se pode encontrar de tudo, como afirma a senhora Dirce Pereira dos Santos, uma das clientes da feira. "Toda semana faço minha feira aqui. Não preciso ir mais ao supermercado comprar frutas, legumes e verduras que eu não sei a procedência".

Os assentados garantem a qualidade dos produtos e oferecem de tudo, desde alface, cenoura, couve, tomate, pimentão, arroz, feijão, mandioca farinha de mandioca, temperos, a plantas medicinais, mel silvestre, ovos e frango caipira.

O assentado Francisco Quirino dos Santos e sua esposa Ednalva Mendes Gomes dos Santos, do PA Vista Alegre, não têm do que se queixar. "A gente vende tudo que traz". Quirino afirma que as barracas chegam a faturar R\$ 400 por dia de feira. "Quem vende pouco vende R\$ 200", garante.

Perfil econômico

Sidrolândia é hoje um dos municípios que mais crescem em Mato Grosso do Sul devido ao seu enorme potencial de produção agropastoril resultante da associação entre clima favorável, solo produtivo, infra-estrutura de armazenagem e escoamento, além de tradição na utilização de tecnologias de ponta em pesquisa, plantio e colheita de grãos e incentivos que trazem indústrias gerando emprego e renda.

Esse crescimento coincide com o investimento do Incra em implantação de assentamentos. São 23 assentamentos instalados nos últimos 14 anos, abrigando 4.392 famílias, com uma população estimada em quase 20 mil pessoas. Para se ter uma ideia, a população desse município era, segundo o IBGE, de 23.483 habitantes em 2000. e

atualmente é de 49.812, sendo o município que mais teve incremento populacional no Estado nos últimos anos.

Brasil discute políticas agroambientais de combate à pobreza. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/09/2014

Desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional estão entre os temas

Nesta quarta e quinta-feira (17 e 18/09), em Brasília (DF), acontece a oficina Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais no Contexto da Segurança Alimentar e o Combate à Fome. Representantes do Ministério do Meio Ambiente, instituições de pesquisa e de universidades brasileiras vão dialogar sobre políticas agroambientais e avançar em discussões que facilitem a elaboração de diretrizes voluntárias sobre o tema no campo da segurança alimentar e combate à fome.

O projeto faz parte do programa de cooperação internacional firmado entre o governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Participam Brasil, Chile, Colômbia, México e Nicarágua. O projeto começou em 2008 e, em dezembro de 2013, foi realizada uma oficina regional de avaliação dos resultados, também em Brasília.

O objetivo é encontrar formas de reduzir a pobreza rural e a insegurança alimentar nesses países. Durante a oficina, serão estabelecidas diretrizes agroambientais voluntárias a serem adotadas pelos países participantes, a partir do diagnóstico do projeto até agora. Serão destacadas as políticas que promovem a agricultura de base ecológica. As diretrizes voluntárias podem ser relativas ao manejo do fogo e à governança responsável da posse da terra e dos recursos pesqueiros e florestais, por exemplo.

RESGATE

Segundos os princípios do projeto, o desenvolvimento rural deve promover uma relação sustentável nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, resgatando os modos de vida da população rural. O desenvolvimento sustentável tem como premissa o respeito aos sistemas e processos naturais e culturais, a conservação da biodiversidade, o uso de fontes renováveis de energia e tecnologias de baixo impacto ambiental, além da busca de padrões de consumo sustentáveis e o fortalecimento da participação no processo de tomada de decisões.

A oficina será no Auditório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), localizado no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco D, 11º andar, Edifício Palácio do Desenvolvimento, em Brasília (DF). O horário é das 9h às 17h.

Brasil comemora resultados do combate ao aquecimento global. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/09/2014

“A ONU reconhece que temos as maiores contribuições no enfrentamento às mudanças do clima no mundo”, afirma a ministra Izabella Teixeira.

Os impactos do aquecimento global e medidas de engajamento da sociedade estão no centro da Cúpula de Clima, que ocorre nesta terça-feira (23/09), na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. A presidenta Dilma Rousseff e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, representam o Brasil na reunião e destacam a liderança brasileira no combate ao desmatamento e às emissões associadas de gases de efeito estufa. Ao todo, chefes de Estado e representantes de 125 países participam do encontro.

O Brasil ocupa papel de destaque na cúpula, por conta das políticas e ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima adotadas em território nacional. Segundo a ministra Izabella Teixeira, o país já atingiu 79% da meta voluntária de redução de emissões de gases de efeito estufa até 2020. “O Brasil tem muito que mostrar”, afirmou, em entrevista à TV NBR. “A ONU reconhece que temos as maiores contribuições no enfrentamento às mudanças do clima no mundo”.

MOBILIZAÇÃO

Convocada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, a cúpula é uma tentativa de mobilizar governos, setor privado e terceiro setor no combate aos prejuízos causados pelas mudanças do clima. No último fim de semana, milhares de pessoas ao redor do mundo se reuniram em grandes cidades, entre elas Rio de Janeiro, Bogotá e Nova York, como forma de manifestação e chamamento da comunidade internacional para enfrentar a questão.

Os resultados no combate ao desmatamento da maior floresta tropical do planeta também projetam o país no cenário internacional. Em 2012, o Brasil registrou a menor taxa de desmatamento da região, equivalente a 4.571 km², o que representa queda de 84% no comparativo com 2004, ano de implantação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).

INCLUSÃO SOCIAL

As ações ambientais brasileiras estão associadas, ainda, a medidas de atenção a populações vulneráveis, um dos temas de maior relevância perante a comunidade global e a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. “O que está sendo praticado é o desenvolvimento com inclusão social, erradicação da pobreza e geração de emprego”, destacou Izabella.

Os esforços brasileiros se refletem em outras áreas do mundo. “Essas experiências já estão sendo replicadas em outros países”, salientou a ministra, em referência às cooperações firmadas pelo Brasil com as demais nações detentoras de áreas da Floresta Amazônica e da região do Congo, na África. “Com isso, estamos conservando as duas maiores bacias de Florestas Tropicais do planeta”, acrescentou.

SAIBA MAIS

Apesar de considerado um fenômeno natural, o efeito estufa tem sido intensificado nas últimas décadas, o que acarreta mudanças do clima. Essas alterações resultam do aumento descontrolado das emissões de gases como o dióxido de carbono e o metano. A liberação dessas substâncias é consequência de diversas atividades humanas, entre elas

o transporte urbano, o desmatamento, a agricultura, a pecuária e a geração e o consumo de energia.

Governo Federal amplia ações de preservação ambiental na Amazônia Legal. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/09/2014

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, participam, nesta quinta (18), em Brasília, no Acre, de uma série de atividades que envolvem a agenda ambiental naquela região, que faz fronteira com a Bolívia. O secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Sérgio Lopes, e representantes do governo estadual também integram a comitiva. Eles serão recebidos para uma reunião de trabalho com assentados do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos.

Na ocasião serão assinados novos contratos de adesão ao programa Bolsa Verde para as famílias assentadas do PDS Porto Carlos. O benefício permite o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis nos assentamentos e ainda auxilia a recuperação ambiental das áreas já degradadas.

Também serão assinados contratos de assistência técnica entre o Incra e Emater-AC, o que vai beneficiar assentados dos municípios de Brasília, Epitaciolândia e Capixaba.

Casa de Farinha

Ainda no ato será entregue à comunidade uma agroindústria de beneficiamento e processamento da mandioca, uma das principais atividades produtivas do assentamento, financiado com recursos do programa Terra Sol, do Incra.

Balanço

O presidente do Incra fará um balanço do Programa Assentamentos Verdes que tem como principais eixos a produção sustentável em assentamentos da Amazônia legal e a recuperação de áreas degradadas em projetos de assentamentos.

Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos

Criado em 2009, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos, tem uma área superior a 3,3 mil hectares, onde são desenvolvidas atividades como piscicultura, criação de aves, produção de banana, mandioca, café e culturas anuais para segurança alimentar. Ele está a 70 quilômetros de Brasília e próximo a outros importantes centros consumidores como Assis Brasil, Epitaciolândia e Xapuri (Brasil), Cobija (Bolívia) e Inapari e Puerto Maldonado (Peru).

As famílias do PDS Porto Carlos participam de um programa de recuperação ambiental de cerca 100 hectares, que já está sendo implantado lote a lote em sistema de Sistema Agroflorestal (SAF). Para isso, o Incra disponibilizou 65 mil mudas de árvores nativas, frutíferas e pés de café.

Serviço

Visita do presidente do Incra, Carlos Guedes, e da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos

Data: 18 de setembro (quinta-feira) Horário: 10h

Local: Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos – Brasília (AC)

Ministro debate estratégia extrativista para o Norte do País. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/09/2014

Desenvolver a agricultura familiar e o extrativismo e, ao mesmo, tempo preservar o meio ambiente. Esse foi o principal assunto do ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, com representantes do Conselho Nacional dos Povos Extrativistas, nesta quarta-feira (17), em Brasília.

A meta do Governo Federal é traçar uma estratégia voltada para as características específicas da região Norte do País. “Temos trabalhado muito nesse sentido para adequar o conjunto das nossas políticas ao bioma Amazônia. Demos início a essa estratégia ao lançarmos o Plano Safra Semiárido, em 2013”, explicou Müller.

Estratégia

Políticas que devem também desenvolver a comercialização e o escoamento da produção. “É fundamental para a região Norte um projeto estratégico para o transporte adequado dos produtos, como o açaí e o peixe”, exemplificou o ministro.

Os representantes extrativistas destacaram como principais reivindicações a criação de sete reservas florestais e marinhas, o fortalecimento da atividade, o acesso à habitação e à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

“Estamos trabalhando há muito tempo com o Governo Federal para buscar melhorias para todo o povo extrativista”, afirmou Sandra Gonçalves, vice-presidente da Reserva Extrativista Mãe Grande, em Curuçá (PA).

Comitiva do MMA e do Incra amplia ações de preservação – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/09/2014

Ministra Izabella Teixeira e o presidente do Incra, Carlos Guedes, seguiram hoje para o Acre

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, participam, nesta quinta (18/09), em Brasileia, no Acre, de uma série de atividades que envolvem a agenda ambiental naquela região, que faz fronteira com a Bolívia. O secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Sérgio Lopes, e representantes do governo estadual também integram a comitiva. Eles serão recebidos para uma reunião de trabalho com assentados do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos.

Na ocasião, serão assinados novos contratos de adesão ao programa Bolsa Verde para as famílias assentadas do PDS Porto Carlos. O benefício permite o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis nos assentamentos e ainda auxilia a recuperação ambiental das áreas já degradadas.

Também serão assinados contratos de assistência técnica entre o Incra e Emater-AC, o que vai beneficiar assentados dos municípios de Brasileia, Epitaciolândia e Capixaba.

Com informações do Incra

Disputa pelo acesso à água envolve até jagunços no interior do Ceará. André Uzêda – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/09/2014

Conhecida pelos crimes de pistolagem e disputas por terra, uma região do interior do Ceará hoje é palco de conflitos pelo acesso à água. O Estado tem hoje 96% de seus municípios em estado de emergência por causa da seca.

Um desses focos de tensão está em Limoeiro do Norte, a 207 km de Fortaleza.

Lá, famílias de lavradores que sofriam com a falta de água em suas propriedades invadiram uma área federal e montaram acampamento ao lado de um duto que liga o rio Jaguaribe a plantações de soja, banana e milho.

"A briga aqui não é por terra como em outras regiões. Nós temos terras em outros locais, mas não temos condições de plantar e viver nelas porque lá não tem água", diz o agricultor Rafael Alves, 29.

O clima é de apreensão. Produtores temem o fechamento das bombas que levam água aos pontos de irrigação.

"Se isso acontecesse, aí sim teria um conflito. Seria difícil segurar produtores para não invadir o acampamento a bala vendo as plantações morrendo", diz Raimundo dos Santos, presidente da associação rural dos produtores da Chapada do Apodi.

Toda água bombeada e que passa pelo duto, nessa área federal, é administrada por empresas e produtores.

Na área invadida, os lavradores ergueram guaritas em frente ao acampamento e usam fogos de artifício para alertar as famílias de possíveis ataques dos produtores –por ora, só alarmes falsos.

A água do canal não serve para beber, mas as famílias a utilizam para cozinhar, pescar e tomar banho. Uma vez por semana, um carro-pipa é enviado pela prefeitura para encher um tanque de 30 mil litros no acampamento.

Esse conflito por água no Ceará não é um caso isolado. Segundo a CPT (Comissão da Pastoral da Terra), é um dos 104 espalhados hoje pelo país e que envolvem invasões de terra, ações judiciais e até o uso de violência.

A maioria dos conflitos (42%) está no Nordeste, com 44 casos, segundo relatório da comissão divulgado este ano. Em seguida aparecem as regiões Norte (28), Sudeste (20), Sul (9) e Centro-Oeste (3).

Para o pesquisador Roberto Malvezzi, da CPT, os conflitos por água no Nordeste têm o peso histórico da falta de recursos hídricos, mas é agravada atualmente por causa do prolongamento da estiagem nos últimos anos.

"Há também uma briga de prioridades que envolve o agronegócio, que necessita de muita água para gerar recursos, e os pequenos produtores, que precisam da água para finalidades básicas, como beber, tomar banho ou cultivar pequenas hortas."

AÇUDE PRIVATIZADO

Em Potiretama, a 82 km de Limoeiro do Norte, há um outro conflito por água –e, da mesma forma, tenso.

Um fazendeiro "privatizou" um açude estatal e é acusado de usar a força para impedir a população de plantar nos arredores.

A terra de João Alves foi desapropriada em 2006 para a construção do açude Bom Jardim –hoje quase todo seco.

Mesmo com a obra pronta, ele continuou plantando capim às margens do açude e criando gado leiteiro. Cercou o açude público com arame farpado e restringiu o uso pelos pequenos agricultores.

Segundo eles, o fazendeiro enviou jagunços para ameaçar os que usavam a vazante do açude para plantar feijão e milho.

"Eles destruíram tudo, dizendo que ninguém tinha o direito de plantar lá", diz o agricultor Marcos Nogueira.

Para o fazendeiro, a denúncia é "invenção do povo". Ele diz que construiu as cercas porque até hoje o governo não demarcou as terras.

"O governo me indenizou, mas não definiu o que era meu e o que era dele. Cerquei para proteger minha propriedade", diz ele, sem responder porque escolheu justamente a área do açude.

Segundo o governo do Ceará, as demarcações foram definidas no ato da desapropriação, e toda a área em torno do açude pertence ao Estado.

MMA aborda compras públicas sustentáveis em seminário na BA. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/09/2014

Estado tem capacidade de promover a escala necessária para que produtos e serviços possam atender critérios de sustentabilidade.

Acontece nesta quinta-feira (18/09), em Salvador, o terceiro seminário "Produção e Consumo Sustentáveis". Realizado pelo Instituto Cidade Sustentável (ICS), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias da Bahia (Fibra), o fórum visa divulgar e debater o primeiro ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) com todos os segmentos envolvidos: setor público, indústria, academia e sociedade civil.

Dentre os eixos prioritários do PPCS, está o tema compras públicas sustentáveis, que será abordado pelo diretor do Departamento de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Ariel Pares. O diretor lembra que o processo de compra do Estado tem a

capacidade de mobilizar setores da economia e promover a escala necessária para que produtos e serviços possam atender critérios de sustentabilidade.

COMPRAS LIMPAS

O seminário também aborda a produção mais limpa com eficiência de recursos, construções sustentáveis, resíduos sólidos, logística reversa e uso de madeira certificada na construção civil. Os próximos eventos acontecem no dia 6 de novembro em São Paulo e 3 de dezembro em Belo Horizonte.

Como diretriz sobre o tema compras públicas sustentáveis, existe o decreto 7.746/2012 que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. A portaria do Inmetro 317/2012 também traz requisitos gerais de sustentabilidade de processos produtivos.

Para que estes referenciais sejam bem utilizados é importante que, no momento de incluir critérios de sustentabilidade nas compras públicas, o embasamento técnico científico seja desenvolvido com participação da academia e das associações representativas do setor produtivo. Neste sentido, os seminários de Produção e Consumo Sustentáveis representam uma oportunidade de diálogo e fortalecimento das iniciativas relacionadas ao tema.

Publicado resultado preliminar de seleção pública de redes de agroecologia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/09/2014

O Diário Oficial da União publicou o resultado preliminar da Seleção Pública de Projetos de Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica. São 25 entidades habilitadas para acessar R\$ 25 milhões, com valor de até R\$ 1,25 milhão para cada uma. O resultado é prévio e ainda caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, a partir da data de publicação. Os recursos devem ser encaminhados à Comissão de Seleção por meio do endereço eletrônico chamadaspublicas@fbb.org.br.

A Seleção Pública faz parte do Edital Redes Ecoforte 2014/005, que tem como objetivo disponibilizar recursos para apoiar os projetos de práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica.

Os R\$ 25 milhões são recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Mais informações no site www.fbb.org.br.

Programa Ecoforte

Fortalecer e ampliar as redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica são as metas do Programa Ecoforte – ação que compõe o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil Agroecológico).

O programa é fruto do acordo de cooperação técnica firmado entre BNDES, FBB, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Embrapa.

Pastagens ocupam metade das áreas desmatadas. Sergio Adeodato – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2014

A Amazônia perdeu ao longo da história quase 20% de floresta. Da área até hoje desmatada, 46% estão ocupados por pastagens, de acordo com o projeto de monitoramento Terra Class, operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Embrapa. A agricultura se estende por 40 mil km², o que representa 5,4% da floresta perdida. A boa notícia é que quase um terço da região impactada guarda vegetação nativa em processo de recuperação natural. "Depois da pecuária e da agricultura de larga escala, a principal frente de desmatamento está nos assentamentos rurais", ressalta o procurador da República Daniel Azeredo Avelino, do Ministério Público Federal (MPF), em Belém, no Pará.

A especulação de terra pública ocupada por grileiros é, muitas vezes, a base do ciclo destrutivo. Há esquemas para burlar o sistema de alerta por satélite e quando a fiscalização chega muitas vezes já não há o que fazer. Em pouco tempo a floresta é convertida em pastagem. "Como a vigilância falha, a estratégia mais eficiente é promover acordos setoriais para o controle do desmatamento em cada cadeia produtiva, como ocorre há cinco anos com a pecuária no Pará", afirma Avelino.

O mecanismo obrigou o registro das propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR) sob a pena de embargo. Como reforço, o governo estadual criou um programa, o Municípios Verdes, no qual o crédito rural é facilitado para aqueles que menos desmatam. O plano atual, segundo Avelino, é replicar a iniciativa na produção de grãos no Pará.

O Mato Grosso lidera a degradação florestal na Amazônia pelo sétimo ano consecutivo desde que o impacto começou a ser medido pelo Inpe, em 2007. Os últimos dados do sistema Degrad, obtidos por imagens de satélite, registraram no Estado 2,1 mil km² de mata que não chegaram a ser totalmente derrubados, mas foram castigados por sucessivos impactos da exploração predatória de madeira, em 2013. Após a retirada das espécies madeireiras de valor, grande parte das áreas alteradas é suprimida nos anos seguintes para plantação de pastagens ou culturas agrícolas. De acordo com o levantamento, que detecta a destruição progressiva da Floresta Amazônica antes do corte completo, o problema atingiu no ano passado 5,5 mil km² em todos os Estados da região, com declínio em relação a 2012.

No mosaico de esforços, a ordenação territorial, com a criação de parques e outras áreas naturais protegidas, é apontada como chave para frear a destruição florestal. Entre 2004 e 2008, o plano de combate ao desmatamento do governo transformou 50 milhões de hectares em unidades de conservação. Mas poucas saíram do papel. Recente relatório do Tribunal de Contas da União aponta que 40% das unidades de conservação da Amazônia têm baixo grau de implementação - ou seja, não têm definição de usos ou estrutura de fiscalização e visitação, e assim não contribuem como deveriam para o desenvolvimento sustentável.

A falta de governança de terras públicas abre a porta para a grilagem. Na região, há mais de 60 milhões de hectares de áreas federais e estaduais sem destinação de uso. Uma câmara técnica do governo dedicada ao tema repassou 1 milhão de hectares ao Ministério do Meio Ambiente para a criação de áreas protegidas. Mas nenhum novo parque ou reserva ecológica federal foi criado na Amazônia nos últimos quatro anos.

Lógica do extrativismo deve mudar. Janice Kiss – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2014

Há seis anos, Leônidas Farias preside a Organização das Associações da Reserva Tapajós-Arapiuns (Tapajoara) - em referência aos rios que banham a reserva - e se prepara para uma provável reeleição do cargo. Ele tem ciência da quantidade de trabalho que encontrará pela frente nessa área criada há 16 anos, que abrange 677 mil hectares, 73 comunidades (20 mil habitantes ao todo) e está situada entre os municípios de Santarém e Aveiro (PA). Mas na sua avaliação, nenhum é tão mais importante quanto preparar os jovens para o processo de sucessão nas lideranças da reserva. "É garantir a continuidade de muitas conquistas", afirma. E segundo Farias, elas não são poucas ao considerar que a reserva é a mais populosa de todas da Amazônia e com comunidades geograficamente distantes. A mais próxima de Santarém fica a duas horas de barco e a mais distante requer quase um dia inteiro (20 horas) de viagem.

A Tapajós- Arapiuns se uniu a uma rede de parceiras que garantem postos de saúde em comunidades maiores e "barcos de saúde" que trafegam pelos rios Tapajós e Arapiuns para atender as mais distantes. Conseguiu implantar saneamento básico, água potável por meio de poços artesianos - antigamente o acesso à água só ocorria por meio de rios e igarapés - escolas de ensino fundamental e médio, e cursos técnicos de extensão rural que Farias considera uma preciosidade. "Por meio deles, o profissional vai levar técnicas de manejos agroflorestais (sistema de produção em consórcio com a floresta), agricultura orgânica, criações de pequenos animais, como aves e suínos, para garantir as necessidades dos extrativistas", diz.

"O desafio dos sucessores é viabilizar esse modelo sustentável que foi traçado para as reservas extrativistas", diz Fábio Penha, coordenador de comunicação e educação do Projeto Saúde Alegria, que atua no Pará desde a década de 80. A instituição conhecida pelos programas ligados à saúde e educação também se dedica a um projeto de empreendedorismo juvenil. "Existe um grande potencial para a produção de borracha, sementes, óleos e essências", avalia. Para ele, a nova geração precisa mudar a lógica do extrativismo voltado apenas para a subsistência.

Mas para conseguir esse feito é preciso que essas áreas se tornem visíveis aos olhos do país. É o que vem tentando fazer os moradores da reserva Riozinho do Anfrísio, situada na Terra do Meio - área encravada no Pará e que recebe esse nome porque fica entrincheirada entre os rios Xingu e Iriri - nos últimos cinco anos. Conforme Marcelo Salazar, coordenador do escritório de Altamira (PA) do Instituto Socioambiental (ISA), a reserva conseguiu nesse período a instalação de escolas, uma unidade básica de saúde e o envolvimento dos jovens na gestão da reserva. Os produtos coletados para comércio nessas áreas são a castanha-do-brasil e o óleo das árvores copaíba e andiroba.

A história da Riozinho do Anfrísio não é feita só de superação. Criada pelo governo federal há dez anos, a área enfrentou inicialmente a invasão acentuada de madeireiros. "Há uma pressão sobre a área quando existem empreendimentos de grande porte [ele se refere à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte] ou o avanço da agropecuária", comenta o coordenador que há oito anos trabalha na Riozinho do Anfrísio.

Terras indígenas apresentam os menores índices de devastação. Helô Reinert – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2014

Índios caiapó da Terra Indígena Baú, no município de Novo Progresso (PA), foram até o escritório regional do Ibama, no dia seis de agosto, com uma informação importante. Eles haviam detectado a presença de desmatadores na região. O comunicado deflagrou mais uma ação da Operação Onda Verde de combate ao crime ambiental e redução do desmatamento na Amazônia. Junto com a Funai e a Força Nacional, formada por policiais militares dos Estados, sob o comando do Ministério da Justiça, o Ibama chegou ao local cinco dias depois para reprimir o desmate. Em sobrevoo, na mesma região, detectou-se que havia garimpo ilegal na terra indígena. Duas retroescavadeiras e uma balsa foram destruídas na operação.

Existem pelo menos três associações entre território indígena e preservação. Segundo o diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho, estudos mostram o papel da Terra Indígena, TI, na redução das taxas de desmatamento a partir de 2005, na conservação da floresta e na contenção da seca. Esses territórios podem ser considerados provedores de serviços ecossistêmicos. A floresta como uma grande bomba de água que opera da costa Atlântica até os Andes desempenha a função de um regador, que beneficia o agronegócio e abastece de água as cidades. Moutinho entende que as políticas públicas e as decisões da Justiça devem reconhecer o papel dos guardiões da floresta para a economia. "Mapear as vulnerabilidades sistêmicas e utilizar esses dados para planejar os territórios indígenas é fundamental", diz.

Divulgado pelo Instituto Imazon, o Boletim Transparência Florestal indica que as terras indígenas continuam apresentando o menor índice de desmatamento da Amazônia Legal. Nos doze meses entre agosto de 2013 e julho de 2014, os territórios indígenas representaram 2,2% de alertas de desmatamento enquanto nas áreas de Unidade de Conservação Estadual (UCE), o índice chegou a 11,2% e nas Unidades de Conservação Federal (UCF), 4,5%. Em julho, o território indígena correspondeu a 1% dos alertas, ante 11% nas áreas protegidas estaduais e 9% nas federais. Ainda que seja capaz de detectar apenas uma fração do desmatamento total, o Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD), medido mês a mês, é um indicador de tendência importante.

De acordo com o professor do Departamento de Antropologia da UnB, Stephen Baines, as terras indígenas são fundamentais por dois motivos: para garantir a sobrevivência dos povos indígenas e porque, em muitos Estados, compõem os espaços que ainda têm área de floresta. "Ao sobrevoar o Parque Indígena do Xingu e o Estado de Rondônia, por exemplo, se vê claramente que as áreas de floresta que sobram coincidem com as terras indígenas", diz.

Para Stephen, os indígenas conquistaram respaldo legal, mas o reconhecimento esbarra nas fragilidades da Funai, que não dispõe de recursos necessários, tanto financeiro como de pessoal, para realizar o trabalho de regularizar as terras indígenas e efetivar a retirada de invasores.

A Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial da Funai realiza ações de vigilância, fiscalização, prevenção de ilícitos e conflitos em terras indígenas, e gerenciamento de informações de monitoramento territorial e ambiental. Dados do Prodes, o sistema desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, apontam que, entre 2008 e 2012, o percentual de redução da taxa de desmatamento nas terras indígenas girou ao redor de 20% ao ano. Mostram também que os 57% da floresta remanescente na Amazônia Legal estão em terras indígenas e unidades de conservação.

"Tememos o retrocesso em termos de direitos constitucionais", diz Guenter Francisco Loebens, representante do Conselho Indigenista Missionário na região. Segundo ele, existe o risco de as conquistas da população indígena com o Estatuto do Índio, de 1973, e a Constituição de 1988 serem revertidas. A Proposta de Emenda Constitucional 215 pretende transferir para o Congresso a função de demarcação das terras, atividade que é competência da União.

Especialistas calculam que a Amazônia Legal abriga mais de 98,5% das terras indígenas demarcadas e homologadas. Esse espaço reúne 60% da população indígena do país.

Basf já mapeou 80% de seu portfólio para criar produtos sustentáveis. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 19/09/2014

SÃO PAULO - A multinacional alemã Basf deverá finalizar em dezembro um levantamento global que prevê adaptar todo o portfólio de produtos da empresa a critérios de sustentabilidade.

Segundo Flávia Tozatto, gerente de sustentabilidade da Basf no Brasil, o programa SustainableSolutionSteering, criado em 2011, é um exercício de “olhar para dentro de casa” e averiguar em que pontos a carteira de oito mil produtos lançados pela companhia podem ser melhorados. Segundo a executiva, são observados vários critérios, desde a contribuição para a mitigação de gases até a substituição por matérias-primas renováveis.

No momento, a Basf analisou 80% do seu portfólio em 50 mil aplicações. A intenção é chegar a 100% dos produtos no fim deste ano.

Dos dados já disponíveis, foram identificados que 22% dos produtos são qualificados como “accelerators” - ou seja, vão além do cumprimento da lei, com ganhos extras de acordo com a definição de sustentabilidade da companhia.

Outros 63% estão na categoria “performance”: atendem a todas as determinações legais para fabricação do produto mas não diferem de similares da concorrência.

Segundo Flávia, há ainda 4% do portfólio em um estágio de “transition”, isto é, contêm substâncias que preocupam a Basf e devem ser substituídas, e 0,5% representados como “challenge” — de significativa preocupação com a sustentabilidade.

Nesta última categoria, Flávia cita como exemplo o caso da substância polifluorada utilizada na fabricação de papel. De acordo com ela, a substância cria uma barreira à gordura nas embalagens alimentícias — como caixas de cereal. Em resposta, a Basf criou um produto (Epotal) que substitui a polifluorada, com performance técnica melhor e que ainda é reciclável. O Epotal está sendo introduzido gradativamente no mercado e a intenção é que no futuro próximo ele preencha o mercado da polifluorada.

Após a finalização do mapeamento de portfólio, a empresa deverá dar um próximo passo e anunciar metas para elevar seus produtos de uma categoria a outra. “Com essa mensuração, fica mais fácil aumentar as ações”, diz a executiva de sustentabilidade da Basf.

Roberto Rodrigues: Tecnologia em prol da sustentabilidade – Folha de São Paulo, Poder. 22/09/2014

A agricultura vai enfrentar diversos desafios no século 21. De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), a população mundial deve chegar a 9 bilhões de pessoas em 2050. Esse crescimento demográfico vai impor a necessidade de produzir mais alimentos e fibras sem aumentar muito as fronteiras agrícolas, preservando o meio ambiente e em um cenário de redução da força de trabalho rural.

Nos países em desenvolvimento, projeções apontam que a produção de cereais e de proteína animal, por exemplo, teria que quase dobrar. Para resolver essa equação de acordo com os preceitos da sustentabilidade, uma das alternativas mais óbvias é aumentar a produtividade.

O uso de tecnologias inovadoras na agricultura é fundamental para atingir esse objetivo e, sem dúvida, a biotecnologia é uma ferramenta poderosa. Dados do mais recente relatório do Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia mostram que os transgênicos, desde sua introdução, em 1996, deram importante contribuição para alcançar essa meta.

Desde aquele ano, quando começaram os plantios de variedades transgênicas, a produção de grãos e fibras teve um incremento de 377 milhões de toneladas: se não fosse isso, seriam necessários 123 milhões de hectares adicionais para obter o mesmo desempenho.

Na safra 2006/2007 aqui no Brasil, imediatamente antes da aprovação do primeiro milho transgênico pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), a produtividade do cereal foi de 3,6 mil kg por há (hectare) de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento.

Na safra 2013/2014, a previsão é que esse número seja de 5,1 mil kg por há. Cerca de 81% das lavouras da commodity foram plantadas com variedades geneticamente modificadas no último ano. Da mesma maneira, a soja em 1997/1998 rendia 2,3 mil kg por há; hoje, 3 mil kg por há, com uma taxa de adoção de sementes transgênicas superior a 90%.

Esses dados apontam para uma significativa contribuição da biotecnologia para a produtividade do milho e da soja no país. Claro que essa não é a única causa, mas seu peso é expressivo.

Aliás, os transgênicos otimizaram o uso de insumos agrícolas. As características já introduzidas pela transgenia, tolerância a herbicidas e resistência a insetos, permitem ao agricultor maior flexibilidade e segurança no manejo. É claro que quanto mais tecnologias estiverem disponíveis, maior o potencial produtivo. Especialmente nas zonas tropicais, a competitividade do agronegócio está ligada à aplicação de ferramentas tecnológicas para superação de limitações e adição de novas funcionalidades.

Cientistas de todo o mundo estudam plantas com características complexas modificadas, cuja expressão envolve vários genes, a exemplo da tolerância a seca, a inundações e ao solo com alta salinidade. O futuro também aponta para a criação de outros transgênicos –cana-de-açúcar, eucalipto, laranja, trigo, feijão, berinjela, além dos tradicionais soja, milho e algodão– que contenham propriedades agronômicas, nutricionais ou sintetizem compostos medicinais.

No Brasil, instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino desenvolvem novas variedades por meio da engenharia genética. A combinação de técnicas de melhoramento genético convencionais e biotecnológicas é uma valiosa opção para garantir a segurança alimentar, preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, alimentar a todos.

ROBERTO RODRIGUES, 71, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, é embaixador especial da FAO (braço da ONU para agricultura e alimentação) e presidente da Academia Nacional de Agricultura. Foi ministro da Agricultura (governo Lula)

Projeto para pecuária sustentável chega ao Estado. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 22/09/2014

A ocupação da Amazônia está intrinsecamente associada à derrubada da floresta para venda de madeira, que abre espaço para o boi e depois para a soja. Nos últimos anos, diante da pressão da sociedade e do Ministério Público, frigoríficos e varejistas acordaram em monitorar a cadeia da carne para assegurar a procedência do boi. Além de tentar estancar o desmate ilegal, a iniciativa visava manter a integridade de áreas indígenas e do trabalhador.

Na esteira desse entendimento, a indústria constituiu, em 2009, um Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) para formular ações e critérios para uma nova maneira de se fazer pecuária no país - em contraponto à "velha escola" de gestão agrícola. De lá para cá, foram selecionadas seis regiões que passaram a desenvolver projetos de conscientização e práticas de administração sustentáveis - dois em Mato Grosso, um em Mato Grosso do Sul, um na Bahia e dois no Pará. Agora, essas ações chegam a Rondônia.

O foco do GTPS está voltado para Rolim de Moura, município com expressivo rebanho e plantas da JBS, Minerva e Marfrig. Segundo Rodrigo Cascalles, agrônomo da ONG

Imaflora (membro do grupo), o momento atual é de identificação de lideranças. Serão elas os "multiplicadores" que farão a sustentabilidade ganhar escala.

A chegada ao Estado é vista como crucial pela expansão do rebanho que está por vir. O desmatamento em Rondônia voltou a crescer - foram 932 Km² no último ano, numa reversão da tendência de queda dos últimos cinco anos. O puxador do desmate tem sido as obras das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e a migração populacional provocada por esses empreendimentos. Mas a história da Amazônia mostra que mais gente na floresta significa menos árvores e a chegada do boi. A indústria quer agir antes para não reviver a tormenta do passado.

Curso prepara agentes com foco na produção sustentável da cadeia do café – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/09/2014

Mais de duas mil famílias produtoras de café de 22 municípios do Espírito Santo receberão serviços de assistência técnica e extensão rural, com foco na sustentabilidade da produção. Para uma atividade produtiva sustentável, esses agricultores precisam, por exemplo, ter cuidados especiais com o uso dos recursos naturais (solo, água e floresta) e de insumos que gerem qualidade, produtividade e estabilidade da produção, com conservação ambiental e crescimento econômico.

Os agricultores familiares receberão atendimento de extensionistas preparados pelo curso de Formação Inicial para Agentes de Ater, iniciado nesta segunda-feira (22), no Espírito Santo. A formação segue até sexta-feira em Alegre, na sede do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF). Participam da formação agentes da empresa Projetar - selecionada para executar os serviços previstos na Chamada Pública 08/2013, lançada pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

Durante as atividades, os agentes de assistência técnica e extensão rural vão discutir diversos assuntos referentes ao trabalho junto às famílias de agricultores – desde questões históricas na região até informações sobre a sustentabilidade da atividade. O curso contará com 34 profissionais das áreas Agrárias, de Assistência Social e de Biologia. Eles também vão estimular a reflexão dos agentes sobre o papel deles no processo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os municípios beneficiados pelos serviços de ater da Chamada Pública SAF/ATER no 08/2013 para a promoção da Sustentabilidade da Agricultura Familiar da cadeia do Café são: Muniz Freire, Mimoso do Sul, Iúna, Ibatiba, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Vargem Alta, Brejetuba, Iconha, Guaçuí, Irupi, Ibitirama, Jerônimo Monteiro, Divino de São Lourenço, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul, Muqui, Marechal Floriano, Guarapari, Atílio Vivacqua, Dores do Rio Preto e São José do Calçado.

Assistência técnica em agroecologia promove avanço nas produções de agricultores familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/09/2014

A agricultora familiar Alaíde Martins dos Santos, 53 anos, vai receber pela primeira vez assistência técnica e extensão rural (ater) em agroecologia por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Um extensionista vai até a propriedade de Alaíde, no

município pernambucano de Triunfo, a 448 quilômetros da capital, para orientá-la sobre planejamento e ampliação de processos de promoção da agroecologia de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), do Governo Federal.

Mais de 27 mil agricultores e agricultoras familiares começaram a receber, neste mês, ater em agroecologia, como Alaíde. Outros oito mil já estão sendo beneficiados desde o início do ano e cerca de 11 mil serão assistidos nos próximos meses. Ao todo, serão 46 mil famílias atendidas. “Espero que a gente tenha progresso, que a assistência nos motive a trabalhar, tanto para dar um retorno financeiro, quanto para preservar o meio ambiente”, afirma a agricultora familiar.

As Chamadas Públicas 12/2013 e 13/2013, lançadas em outubro do ano passado, serão executadas em três anos, e representam um investimento de R\$ 189 milhões. Serão atendidas famílias dos estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Acre, Paraíba, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pará, Goiás, São Paulo e Distrito Federal.

Na prática

Alaíde Martins dos Santos nasceu na comunidade Sítio Souto do município de Triunfo (PE), no Território Sertão do Pajeú. Aprendeu com os pais, também agricultores familiares, o cuidado com a terra. Hoje, com auxílio da assistência técnica, a agricultora pretende aprimorar a produção com conhecimentos agroecológicos, e com isso, ampliar a renda da família. “Eu sempre tive esperança de melhorar e me aperfeiçoar e agora, com a assistência técnica, acredito que vamos ter mais oportunidades”, comemora.

Ela mora com o marido, 61 anos, e o filho, 20, na comunidade Sítio Souto do município de Triunfo (PE), no Território Sertão do Pajeú. A filha, 22 anos, casou e mora em uma comunidade vizinha, que também recebe assistência técnica.

A comunidade Sítio Souto, onde Alaíde mora, é atendida pela Organização não Governamental Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá – uma das entidades selecionadas para prestar serviço de ater pelas chamadas. A organização atenderá, no total, 2.435 famílias em 51 municípios dos Territórios Zona da Mata Sul, Agreste Central e Setentrional e Sertão do Pajeú, de Pernambuco.

Em 10 hectares, ela cria gado, galinha e porco, que são vendidos na comunidade. Ainda, planta milho e feijão (carioca, de corda, guandu e fava) para consumo próprio, e produz frutas como manga, acerola, caju, maracujá, pinha, coco, goiaba, mamão, graviola, banana, laranja e limão, que são beneficiadas. A polpa é vendida para lanchonetes e moradores da cidade.

“Gosto do campo, de trabalhar com a terra. Adquirimos conhecimento com a ajuda da assistência técnica para trabalhar com produção orgânica. Sempre tivemos a preocupação de não desmatar. Agora, tudo é agroecológico”, finaliza a agricultura familiar.

Brasil não foi consultado sobre meta para desmatamento, diz ministra – Valor Econômico, Agronegócios. 23/09/2014

NOVA YORK - Estados Unidos, Canadá e em toda a União Europeia assinaram uma declaração que prevê reduzir o desmatamento pela metade até 2020 e eliminá-lo completamente até 2030. Mas as perspectivas de alcançar esse objetivo não parecem muito encorajadoras, tendo em vista a decisão do Brasil, que desempenha um papel fundamental, de não endossar a iniciativa.

"Esta é a foto de família que estávamos buscando há décadas", disse Charles McNeill, assessor de política ambiental do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), em uma entrevista à Associated Press. "As florestas são uma questão sobre a qual todos concordam."

Como em qualquer família, no entanto, há sinais de que as coisas não funcionam, mesmo antes de o acordo ser formalmente anunciado. O Brasil disse que não iria apoiar o compromisso, pois não foi incluído na sua preparação.

A posição do Brasil sublinha as divisões entre os países que se preparam para retomar as negociações formais no fim deste ano, no Peru, com a esperança de alcançar a meta de assinar um novo tratado internacional em 2015.

"Infelizmente, não foram consultados. Mas acho que é impossível pensar que possa haver uma iniciativa global de proteção florestal sem o Brasil a bordo. Não faz sentido," disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em entrevista à AP na segunda-feira.

McNeill, especialista do PNUD, no entanto, disse que "tentou-se entrar em contato com pessoas do governo brasileiro, mas não houve resposta".

"Não houve desejo de excluir o Brasil", afirmou ele. "É o país mais importante nessa área. Um esforço que inclua o Brasil tem muito mais força e impacto do que um que não o inclui."

Seria praticamente impossível acabar com o desmatamento em sua totalidade sem o apoio do Brasil.

"Um acordo sobre o desmatamento sem o Brasil é como um plano para reduzir as emissões de dióxido de carbono sem os Estados Unidos", disse Paul Wapner, professor de política ambiental internacional da American University.

Izabella Teixeira disse que seu governo temia que o texto pudesse violar a legislação brasileira, que permite um desmatamento controlado da Amazônia e de outras florestas.

"É diferente ter desmatamento legal e desmatamento ilegal", frisou. "Nossa política nacional é que nós queremos acabar com o desmatamento ilegal."

Três estados brasileiros - Acre, Amapá e Amazonas - no entanto, estão entre os signatários do compromisso.

McNeill disse que vai continuar a buscar apoio à iniciativa e manifestou "esperança de que o Brasil possa participar".

A ministra insistiu que o Brasil está empenhado em proteger a floresta amazônica, considerada uma das defesas naturais mais importantes do mundo para as mudanças climáticas devido à sua capacidade de absorver grandes quantidades de dióxido de carbono.

O país, disse ela, estabeleceu uma meta para reduzir o ritmo de desmatamento a 3,9 mil km² por ano em 2020, que seria uma diminuição perante os 5,843 mil km² registrados entre agosto de 2012 e julho de 2013, quando o Brasil realizou seu estudo anual medindo a destruição da floresta por meio de imagens de satélite.

A taxa de desmatamento no Brasil caiu 79% desde 2004, segundo dados do governo. Mas no ano passado, o governo informou que a destruição anual da floresta amazônica teve aumento de 28%, após quatro anos de declínio.

Ainda assim, a extensão de floresta destruída seria a segunda menor desde que o Brasil começou a monitorar o desmatamento, em 1988. Mas grupos ambientalistas atribuíram o aumento às mudanças recentes que suavizam a legislação brasileira projetada para proteger a selva. Eles também criticam o governo pela ênfase em projetos de infraestrutura, como barragens, estradas e ferrovias, que estão promovendo o desmatamento.

Izabella Teixeira negou que o aumento do desmate esteja relacionado com o Código Florestal aprovado há dois anos, depois de mais de uma década de esforços do poderoso setor agropecuário brasileiro. As mudanças suavizar sobretudo as restrições para os pequenos proprietários, permitindo-lhes limpar terrenos perto de rios e outras medidas.

A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, disse na Cúpula das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que "qualquer novo acordo climático deve ser universal, ambicioso e de cumprimento obrigatório". Mas acrescentou que seu país "não vai esquecer a necessidade de reduzir a desigualdade e aumentar o padrão de vida do povo."

Na ONU, Europa promete investir até US\$ 1,2 bi para reduzir desmatamento. Marcelo Leite, Isabel Fleck e Giuliana Vallone – Folha de São Paulo, Ambiente. 23/09/2013

Países europeus prometeram firmar acordos, nos próximos dois anos, para investir até US\$ 1,2 bilhão de dinheiro novo em pagamentos para países que consigam reduzir taxas de desmatamento. O compromisso foi anunciado nesta terça (23) com a Declaração de Nova York sobre Florestas.

É o mesmo tipo de arranjo adotado por Brasil e Noruega com o Fundo Amazônia, que tem previsão de chegar a US\$ 1 bilhão. Mas o Brasil não aderiu à declaração por discordar, segundo a Folha apurou, do compromisso de desmatamento zero.

A declaração é por ora o principal resultado da Cúpula do Clima convocada pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Trata-se mais de uma carta de boas intenções do que um plano prático para cortar pela metade o desmatamento até 2020 e zerá-lo até 2030.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, alega que o país não foi consultado. Os organizadores do documento dizem que uma versão preliminar foi apresentada ao governo brasileiro em julho, ainda no início de sua preparação.

A restrição verdadeira do Planalto diz respeito à ausência de distinção, no texto, entre desmatamento legal e ilegal. Como a lei brasileira permite manejo sustentável de florestas e derrubada de áreas para agricultura, dentro de certos limites (20% a 50%, na Amazônia), o país não poderia aderir ao desmatamento zero.

"Não faz sentido o Brasil deixar de apoiar uma declaração sobre a proteção e manejo sustentável das florestas", diz Tasso Azevedo, que foi diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro. "Este é o momento do Brasil se juntar ao esforço global para zerar a perda de cobertura florestal."

REDUÇÃO DE EMISSÕES

O texto da declaração propõe ainda cortar entre 4,5 bilhões e 8,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono emitidas com o desmatamento a cada ano. Seria o mesmo que tirar de circulação o bilhão de carros que há hoje no mundo. E, também, recuperar 3,5 milhões de quilômetros de matas degradadas (uma área do tamanho da Índia).

"A Declaração de Nova York tem por meta reduzir mais poluição climática, a cada ano, do que os Estados Unidos emitem anualmente", disse Ban Ki-moon.

"As florestas não são apenas uma parte crítica da solução para o clima - as ações acordadas hoje vão reduzir pobreza, aumentar a segurança alimentar, aperfeiçoar o império da lei, assegurar os direitos dos povos indígenas e beneficiar comunidades no mundo todo."

Para isso, o compromisso teria de contar com o apoio de muitos países com muitas florestas. Não estranha que fique de fora um governo como o brasileiro, em que foram relegadas a segundo plano a questão indígena e a da regularização fundiária na Amazônia.

Outros países com floresta tropical assinaram a declaração, como Peru, Colômbia, Guiana, República Democrática do Congo e Indonésia. Mas nenhum chega perto dos 4 milhões de quilômetros quadrados de mata amazônica em território brasileiro.

Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Noruega -os europeus suspeitos de sempre- apoiam a declaração. A Noruega anunciou dois novos acordos bilaterais, com Peru e Libéria, para pagamento de contrapartidas por resultados concretos na proteção de florestas e diminuição de desmatamento.

Erna Solberg, primeira-ministra norueguesa, afirmou: "A ciência nos diz que não iremos limitar o aquecimento global a dois graus [2oC] sem um esforço maciço nas florestas".

A novidade política da declaração foi reunir o apoio de grandes empresas, entidades indígenas e governos regionais. Assinam o documento mais de 130 entidades. Até o Acre, governado pelo mesmo PT que, no governo federal, refugou a declaração, assinou.

Jorge Viana, petista que governou o Estado por oito anos e é irmão do atual governador, Tião Viana, disse em Nova York defender que o país assuma a liderança na questão de florestas: "O Brasil já é hoje o grande protagonista do ponto de vista da redução de emissões".

Há vários pesos pesados do setor empresarial entre os signatários: Unilever, Walmart, Nestlé, McDonalds, Johnson & Johnson, General Mills, Procter & Gamble. Mais importante, talvez, é encontrar na lista gigantes do agronegócio, como Cargill, Golden Agri-Resources e Wilmar.

O jornalista Marcelo Leite viajou para Nova York a convite da Burness Communications e da Fundação Ford.

Edital seleciona projetos agroecológicos para bioma Amazônia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/09/2014

Apoiar a estruturação de empreendimentos coletivos, para qualificar e promover a comercialização da produção extrativista no bioma Amazônia. Para isso, a Fundação Banco do Brasil (FBB) lançou o edital de seleção pública nº 2014/020 do programa Ecoforte. A iniciativa compõe o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Brasil Agroecológico.

O edital tem valor total de R\$ 6 milhões com recursos da Fundação Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele será destinado aos projetos das entidades selecionadas, sendo R\$ 450 mil o valor máximo a ser recebido por projeto. O prazo para envio de propostas segue até o dia 18 de novembro.

“O edital consolida um apoio aos agricultores, permitindo ao conjunto dos extrativistas beneficiários ter produtos de mais qualidade e continuar preservando, convivendo harmoniosamente com o Bioma Amazônico, o que está previsto no Brasil Agroecológico”, explica o secretário substituto da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Argileu Martins da Silva.

As propostas devem ter as ações a serem executadas pela entidade e plano de trabalho que levem ao fortalecimento da comercialização e/ou beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade por empreendimentos de caráter coletivo em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável.

Programa Ecoforte

O Programa Ecoforte tem como metas fortalecer e ampliar as redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

A ação, que integra o Brasil Agroecológico, resulta do acordo de cooperação técnica entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), FBB, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Embrapa.

Serviço

Seleção Pública de Projetos de Estruturação de Empreendimentos Econômicos Coletivos em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no Bioma Amazônia

Prazo: Os documentos podem ser enviados à Fundação Banco do Brasil (FBB) até dia 18 de novembro de 2014.

Unidades de conservação terão recursos para projetos coletivos. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/09/2014

Serão beneficiadas famílias do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Amapá, Maranhão e Tocantins.

A Fundação Banco do Brasil e o Fundo Amazônia abriram edital no valor de R\$ 6 milhões, em recursos não reembolsáveis, para empreendimentos econômicos coletivos em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no bioma Amazônia. O edital nº 2014/20 Ecoforte Extrativismo vai contemplar projetos que fortaleçam a produção de base extrativista, como empreendimentos de beneficiamento ou comercialização de produtos provenientes do uso sustentável da sociobiodiversidade.

“Esse edital integra uma estratégia do governo federal de fortalecimento das políticas para os povos da floresta”, afirma a diretora de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Larisa Gaivizzo. Ela destacou que o Ecoforte Extrativista é uma ação articulada aos programas Bolsa Verde e Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) Extrativista.

Podem inscrever-se as cooperativas ou associações sem fins lucrativos, com projetos que promovam benefícios às famílias extrativistas residentes no interior das UCs, em regiões do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Amapá, Maranhão e Tocantins. O valor de investimento, por projeto, é de R\$ 450 mil. O prazo máximo de execução será de 24 meses.

O edital está em consonância com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), criado em novembro de 2013. O MMA é signatário do Acordo de Cooperação Técnica que criou o Ecoforte, celebrado entre a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil S.A e a Fundação Banco do Brasil.

'Desmatamento zero é meta de futuro', diz vice de Marina a ruralistas. Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Poder. 26/09/2014

O desmatamento zero no Brasil não é para agora e o índice de produtividade das propriedades rurais será usado para premiar e não para desapropriar ninguém.

Com um discurso que promete também fortalecer o ministério da Agricultura e abrir todos os canais de diálogo possíveis com o setor rural, a candidatura Marina Silva/Beto Albuquerque (PSB) agradou a direção da SRB (Sociedade Rural Brasileira). E outros integrantes do setor.

"Por essa reunião agente consegue ver que não existe, para eles [candidatura Marina Silva] um falso conflito entre produção e proteção. Está claro que o agronegócio faz parte da solução", afirma Gustavo Diniz Junqueira, presidente da SRB.

A reunião a porta fechadas, que teve a presença, por exemplo, do ex-ministro Luiz Fernando Furlan, durou três horas, muito mais do que o previsto. É a segunda vez que a candidatura socialista bate a porta dos ruralistas apenas neste ano de 2014.

No início do ano, o próprio Eduardo Campos, ao lado do então deputado Beto Albuquerque, é que estive na sede dos ruralistas em pleno centro de São Paulo.

"Muitas das coisas que eu afirmei eram compromissos que o Eduardo [morto em acidente aéreo em agosto] havia assumido com a cadeia do agronegócio", afirmou Albuquerque, agora candidato à vice-presidência da chapa da ex-ministra Marina Silva.

Albuquerque fez questão de afirmar que um futuro governo do partido socialista não vai revogar o Código Florestal, muito criticado por Marina Silva na época da sua aprovação anos atrás.

Muito pelo contrário. Será possível fazer o desmatamento como previsto em lei.

"O desmatamento zero é uma meta de futuro, que precisa ser negociada", disse o candidato à vice.

Frase rapidamente emendada por João Paulo Capobianco, ambientalista histórico, dirigentes de ONGs, que também está na equipe de Marina e esteve na reunião.

"Mas [essa negociação] começa agora. O fim do desmatamento precisa ser um ganha ganha. Tanto o setor do agronegócio quanto a sociedade precisam ganhar", diz.

Para acalmar o setor do campo, e existem vários grupos fazendo campanha contra a candidata Marina Silva, Albuquerque disse que o futuro governo da sua equipe "não vai tomar decisões sem ouvir todas as partes".

A falta de diálogo é uma das principais críticas dos dirigentes do setor rural a presidente Dilma Rousseff.

Sobre a reforma agrária, Albuquerque não alterou o que está escrito no programa de governo socialista, que fala em meta para o desmatamento zero.

"Nós vamos fazer a reforma agrária. Mas colocando dinheiro no orçamento e comprando terra. Não vamos fazer com desapropriações e conflitos. Não precisa disso".

Uso da terra e desenvolvimento sustentável. André M. Nassar e Rodrigo C. A. Lima – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 27/09/2014

A campanha presidencial segue para a reta final e um tema crítico para o desenvolvimento do País tem sido tratado de forma superficial. Os diferentes usos da terra, envolvendo florestas e outras formas de vegetação nativa, áreas indígenas e quilombolas, agrícolas e pastagens, áreas urbanas, degradadas, entre outros, formam um quebra-cabeça complexo em que coexistem diversos atores.

Entre os interesses inatos ao uso da terra, vale citar: demarcação de terras indígenas; criação de unidades de conservação (UCs); desafios para gerir e manejar áreas protegidas; implementação do novo Código Florestal (inclusão de 100% das propriedades agrícolas no Cadastro Ambiental Rural e efetiva implementação dos Programas de Regularização Ambiental); e criação do Programa de Incentivo à Conservação e à Restauração Florestal.

É relevante, ainda, destacar o desafio de fomentar o manejo florestal sustentável, aprovar um marco legal que garanta recursos da União para pagamento por serviços ambientais, aprovar o novo Código de Mineração, atacar o problema de ocupação irregular de áreas nas cidades, enfrentar as mazelas da regularização fundiária, reforma agrária, grandes obras de infraestrutura e logística.

Todos estes interesses são legítimos e intrinsecamente ligados ao enorme desafio do desenvolvimento sustentável. Para que o Brasil possa equilibrar conservação ambiental, produção de alimentos e energia, proteção de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e crescimento sustentável das cidades, é preciso reorientar políticas, integrar agendas e criar uma verdadeira estratégia para a construção de paisagens sustentáveis que considerem peculiaridades regionais e locais.

Num primeiro momento, é impensável um arranjo que contemple interesses como demarcação de novas áreas indígenas, criação de UCs, expansão legal da produção agropecuária e de energias. Atores distintos estão por trás dessas demandas. Ministérios e órgãos do governo que dificilmente se entendem, atores privados e do terceiro setor que lutam por seus interesses num contexto de regulamentações que em vários momentos são conflituosas.

Aproximadamente 65% do território brasileiro é composto por vegetação nativa (554 milhões de hectares). Desse total, 107 milhões são UCs (excluindo as chamadas Áreas de Proteção Ambiental), 103 milhões são áreas indígenas, 274 milhões são áreas de vegetação nativa nas fazendas (Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e remanescentes) e 69,5 milhões de outras áreas com vegetação nativa. As pastagens ocupam 23% do território (198 milhões de hectares entre produtivas e não produtivas) e as áreas agrícolas correspondem a 7% (60 milhões de hectares). Áreas urbanas e outros usos somam 4% (38 milhões de hectares).

Gerenciar os diferentes usos da terra não é trivial, mas exige uma visão estratégica dos governantes, pois interfere grandemente no futuro do País. Criar áreas protegidas sem regularizá-las, o que exige pagar indenizações decorrentes de desapropriações, construir

planos de manejo e gestão das áreas a fim de que efetivamente sejam conservadas não parece, de forma isolada, um passo assertivo.

Tratar da regularização perante o Código Florestal sem que se aprove uma política dotada de recursos para fomentar a recuperação florestal e de áreas degradadas e incentivar quem protege os recursos naturais também são um passo em falso. É urgente estruturar essa regularização maximizando a restauração florestal, a conexão de fragmentos florestais e a melhor utilização das terras produtivas.

Criar paisagens sustentáveis, onde os diferentes usos da terra e seus interesses coexistam pacificamente, é um tema absolutamente crítico para o futuro do Brasil. Caberá ao novo presidente ter visão de longo prazo e habilidade para que seja possível construir paisagens que integrem conservação ambiental, produção de alimentos e energia, cidades mais sustentáveis e crescimento econômico.

*André M. Nassar e Rodrigo C. A. Lima são, respectivamente, diretor-geral e gerente da Agroicone. E-mails: amnassar@agroicone.com.br e rodrigo@agroicone.com.br

Agentes se preparam para levar serviços de assistência técnica em agroecologia a 800 famílias na Paraíba – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/09/2014

Agricultores e agricultoras familiares de 16 municípios paraibanos receberão serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), voltados para a agroecologia e promoção do desenvolvimento local. Eles serão orientados para uma atividade produtiva sustentável, com preservação dos recursos naturais, como água e solo, aliando crescimento econômico e conservação ambiental. Ao todo, 800 famílias serão beneficiadas com o atendimento de agentes de ater.

Os agentes de assistência técnica serão preparados por meio do curso, que começa nesta segunda-feira (29) e vai até 03 de outubro, realizado no município de Conde, na Paraíba.

Participam da formação agentes da Emater/PB, entidade que vai executar os serviços de Ater como resultado da Chamada Pública nº 12/2013, lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A ação é uma das atividades previstas na Chamada e está dentro das diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o Brasil Agroecológico.

Os municípios paraibanos beneficiados: São Mamede, Malta, Patos, Santa Terezinha, São José do Espinharas, São José do Bonfim, Quixaba, Mãe d'Água, Várzea, Santa Luzia, Junco do Seridó, São João do Sabugi, Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Passagem e Salgadinho.

Centro-Oeste puxa demanda por crédito do Programa ABC. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014

Na safra 2013/14, pela primeira vez desde que o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) foi lançado, há quatro anos, o Centro-Oeste do país puxou as contratações de seus recursos, desbancando o Sudeste. No total, o montante tomado

no âmbito do ABC na temporada (encerrada oficialmente em 30 de junho deste ano) somou R\$ 3,03 bilhões, com 12.103 contratos assinados, e os produtores do Centro-Oeste abocanharam 36,4% desse bolo.

Os dados foram apresentados no relatório "Análise dos Recursos do Programa ABC - visão regional", divulgado ontem em São Paulo pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces). O Sudeste ficou pouco atrás do Centro-Oeste, com uma participação de 34,4% no total, seguido pelas regiões Nordeste (10,4%), Sul (10,1%) e Nordeste (8,9%) do país.

Segundo o documento, o maior número de adesões ao programa nos Estados do Centro-Oeste é reflexo de ações dos bancos, que capacitaram agentes financeiros para as exigências do ABC, e do governo, que ampliou esforços para sua disseminação. O avanço no Cadastro Ambiental Rural (CAR) também contribuiu para o maior fluxo de crédito para a agricultura sustentável, já que a regularização fundiária é uma premissa para empréstimos.

De modo geral, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso continuaram na dianteira da captação de recursos na divisão por Estados. Isso porque eles ainda têm vantagens frente a localidades mais distantes - desde uma cadeia de fornecimento de insumos mais estruturada até canais facilitados de extensão rural e acesso maior a agências bancárias.

"Os avanços são importantes porque se trata de uma das questões mais relevantes para a sustentabilidade", disse Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e diretor da GV Agro, que abriu o evento. Ele também destacou o aumento da taxa de execução de contratos, que em 2011/12 foi de R\$ 1,6 bilhão. Mas, apesar do avanço observado, o montante de operações executado em 2013/14 representou "apenas" 67% do total previsto (R\$ 4,5 bilhões).

O Banco do Brasil continuou sendo o principal protagonista na distribuição de recursos, com fatia de mais de 90% no total contratado (R\$ 2,7 bilhões). O BNDES entrou com 9,4% do montante na safra 2013/14 (R\$ 285 milhões), tendo o Bradesco como principal agente repassador.

Conforme o estudo, a maior parte dos recursos foi usada para a recuperação de pastagens, o que é coerente com a necessidade de recuperação de mais de 50 milhões de hectares de pasto degradados no país. Na sequência, apareceram o plantio direto e a integração lavoura-pecuária.

Para Aron Belinky, da GVces, algumas recomendações poderiam impulsionar o programa nos próximos anos. Ele citou a "canibalização" das cartas de crédito com juros inferiores aos do Plano ABC - como o Pronaf, de apoio à agricultura familiar, com taxas de 1% a 2% ao ano - e defendeu uma menor complexidade em sua adoção. "O ABC cobra entre 4,5% e 5% ao ano, e isso explica a menor adesão ao programa de produtores do Nordeste, por exemplo".

Outro aspecto que deveria ser levado em consideração, disse ele, é a necessidade de que o programa seja focado nos 535 municípios com baixa lotação de pastagens (número de bois por hectare), 112 deles na Amazônia. Segundo Belinky, a falta de adesão ao Plano

ABC em alguns Estados é explicada também pelos gargalos na extensão rural, sem a qual os produtores não conseguem implementar técnicas de baixo carbono. Conforme o estudo, só 10% dos produtores do Norte e Nordeste afirmaram ter recebido orientação técnica em 2013/14, ante um percentual de 50% no Centro-Sul.

"Temos R\$ 100 milhões para extensão rural, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem R\$ 1 bilhão", disse Caio Rocha, secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura. Até o fim deste ano um novo edital de R\$ 20 milhões para a Amazônia deverá ser lançado.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa